



**Santa
Catarina**
S.Jorge • Açores

*O Sabor dos Açores
numa lata*



Pesca
Salto e Vara

Tuna
Tuna fillet in olive oil

Santa
Catarina
S.Jorge • Açores



**Relatório e Contas
2017**



Índice

1. Introdução	2
2. Enquadramento Macroeconómico	4
2.1. Análise Conjuntura	5
3. A Empresa	7
3.1. Informações Gerais	8
3.2. Organograma	10
3.3. Atividade	11
3.4. Investimentos	23
3.5. Recursos Humanos	24
3.6. Evolução da Gestão	27
3.7. Evolução Previsível da Sociedade	30
4. Análise Económica e Financeira	31
4.1. Análise do Balanço	32
4.1.1. Ativo	32
4.1.2. Capital Próprio e Passivo	33
4.2. Análise da Demonstração de Resultados	35
4.2.1. Gastos e Perdas	36
4.2.2. Rendimentos e Ganhos	42
4.2.3. Resultados	45
4.3. Proposta de Aplicação de Resultados	46
5. Agradecimentos	47
6. Demonstrações Financeiras	48
6.1. Balanço	49
6.2. Demonstração dos Resultados por Natureza	50
6.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio	51
6.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa	52
7. Anexo às Demonstrações Financeiras	53
8. Órgãos Sociais	100
8.1. Composição e Mandatos	101
8.2. Remunerações	102
8.3. Curriculum Vitae	103
9. Relatório e Parecer do Fiscal Único	116
10. Certificação Legal das Contas	119



1. INTRODUÇÃO



Ex.mos representantes da acionista,

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º e nos termos do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, dos Estatutos e demais legislação comercial, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação Anual de Contas de Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A., referentes ao exercício de 2017.



2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



2.1 ANÁLISE DA CONJUNTURA

O desafio de produzir conservas nos Açores no Sec. XXI é cada vez maior, tendo em conta que o grande fator de competitividade foi perdido, o acesso a matéria prima de qualidade superior a um preço competitivo. Hoje, a indústria conserveira açoriana enfrenta uma grande concorrência dentro da Europa e fora dela, onde grandes polos de indústria se desenvolveram e consolidaram, com grande ênfase na Galiza, pois esta tem uma influência muito grande dentro do mercado da UE, condicionando os preços neste mercado e no mercado nacional, apresentando-se com produtos de primeiro preço que dificultam o posicionamento das conservas portuguesas.

O abastecimento de atum à indústria mundial, bem como a definição de preços, opera-se em quatro grandes mercados à escala global: Bangkok, Abidjan, Manta Rota e Vigo. Os Açores, desde de 2010, estão dependentes do abastecimento operado sobretudo via Espanha, e das flutuações dos preços a que é transacionado o pescado nos portos da Galiza. Além deste fator de descompetitividade, existe a necessidade de stocagem, e os custos logísticos com o transporte até aos Açores.

No ano de 2017, nos mares dos Açores e da Madeira, onde as embarcações Açorianas operam, registou-se uma safra de Bonito (Skipjack) fraca. O que nos retirou a possibilidade de ter acesso a pescado com menos custos logísticos e com elevada qualidade e características que melhoram a eficiência e a produtividade, bem como a valorização do produto final, pois a pesca é de Salto e Vara (Pole & Line). No mercado Internacional, em 2017, o pescado atingiu valores recorde na sua cotação, e as capturas foram sobretudo de pescado de pequeno calibre, o que diminui a produtividade e a rentabilidade das unidades industriais; foi um ano muito difícil para a indústria conserveira do atum à escala global. Mesmo com a oscilação de preços no mercado de abastecimento da matéria prima, os principais *players* do mercado não oscilam o preço das suas conservas no retalho, podendo eventualmente diminuir os seus ciclos promocionais ou campanhas mais agressivas, mas continuam a posicionar o seu preço de referência, de acordo com o posicionamento de cada marca. O que acontece é que as suas margens e situação económica permitem acomodar, durante um determinado período, a oscilação dos fatores de produção, e após isso voltarem a capitalizar-se, aproveitando um novo ciclo de rentabilidade.

A Santa Catarina terá de continuar o seu processo de afirmação e consolidação comercial para poder posicionar-se ao nível dos seus concorrentes e ter margem para poder absorver estas flutuações, que serão sempre cíclicas e próprias de uma matéria prima que possui procura e oscilação no mercado global.

A indústria conserveira tem um enorme desafio, continuar o seu processo de afirmação em relação aos seus concorrentes, produzindo conservas de atum que se distinguem pelo seu paladar e textura únicos. Manter a valorização das conservas Açorianas, que desde a Qualitá Azzore, à marca Açores são garantia de diferenciação. A indústria Açoriana, em conjunto com as autoridades regionais, terá de encontrar formas de anular os seus fatores de descompetitividade para criar sustentação no fabrico de conservas nos Açores.

A conjuntura económica melhorou, logo o mercado de consumo está a crescer, nos Açores e fora deles, onde a apetência por consumo de novos produtos e conservas de valor acrescentado estão a



aumentar, este desafio é particularmente satisfatório para indústria Açoriana e, em particular para Santa Catarina, que é uma referência na produção de produtos de valor acrescentado e de qualidade, em termos de paladar e textura. O saber fazer dos profissionais da Santa Catarina é uma mais valia no combate à concorrência que é feroz e de grande escala, com custos internos e fatores de competitividade melhores que os nossos.



3. A EMPRESA



3.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Santa Catarina - Indústria Conserveira S.A., com sede na Rua do Roque, n.º 9, 9850-079 Calheta São Jorge, Açores, com número de contribuinte 512044899 e com um capital social de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), tem como acionista único a Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que detém 100% do capital social.

O Conselho de Administração que se encontra em funções para o triénio 2016/2018, é composto pelos seguintes elementos:

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros – Administrador Executivo – Presidente do Conselho de Administração

Roberto Nuno Raposo Ferreira – Administrador Executivo – Vogal do Conselho de Administração

Cíntia Ricardo Reis Machado - Administrador Não Executivo – Vogal do Conselho de Administração

A sociedade tem por objeto social principal a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciando ou não matéria-prima para a sua atividade.

A empresa tem como missão: produzir conservas de atum com um firme compromisso com a qualidade, com a certeza de estar a trabalhar em prol da sustentabilidade e da valorização dos recursos locais, de forma socialmente responsável.

Toda a sua atividade baseia-se nos valores da Qualidade, Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

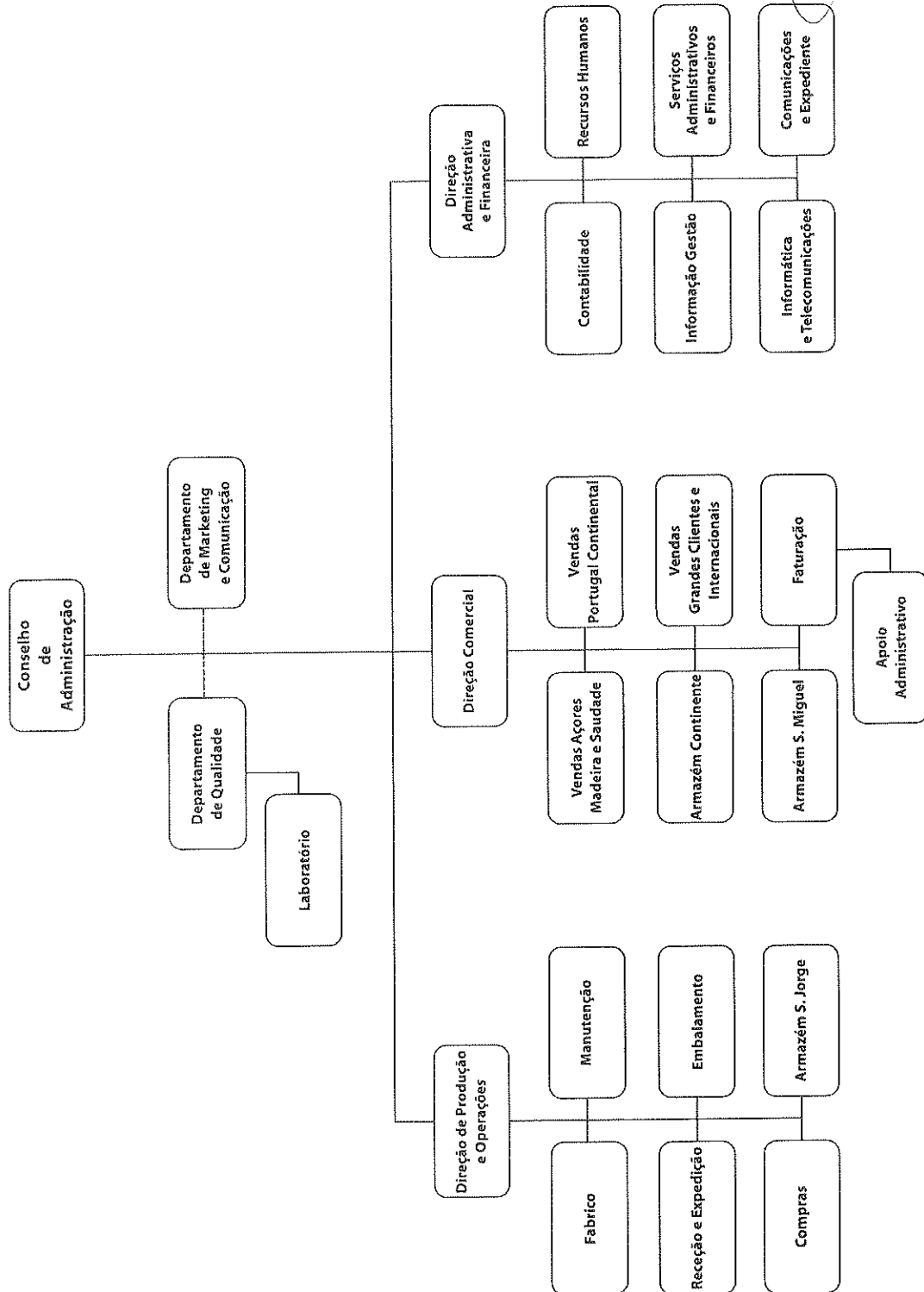


Designação	Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.
Objeto Social	Conservação segundo os padrões legalmente estabelecidos de produtos diversos, desde pescado a produtos agrícolas e frutícolas próprios da ilha e da região; aquisição, importação e exportação dos produtos frescos ou congelados consubstanciando na matéria-prima da atividade industrial ou orientado a fim diverso, comissões e consignações, a participação, aquisição ou afretamento das embarcações de qualquer espécie, bem como sua exploração lucrativa, a embalagem e comercialização de produtos próprios ou de terceiros, a criação de novos mercados e áreas de comercialização, podendo nelas estabelecer agências de representação ou armazenamento, a armazenagem à consignação de produtos agrícolas e industriais para posterior comercialização rentabilizada, o transporte e depósito como intermediário de mercadorias consignadas a outrem por conta de terceiros, o exercício de atividades comerciais ou de fim não lucrativo que diretamente se correlacionem com o objeto social, que dignifiquem a imagem da firma servindo de veículo publicitário da atividade exercida e da ilha ou região onde se encontra implantada.
Capital Social	50.000,00€
NIF	512044899
C.A.E.	10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
Estrutura Acionista	100% Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA
Participações Financeiras em outras Empresas	94% do capital da Companhia - Sociedade Pesqueira, Lda.
Sede	Rua do Roque, 9 9850-079 Calheta, Ilha de S. Jorge (Açores)
Contatos	Tel.: 295 416 220 Fax: 295 416 814 E-mail: geral@atumsantacatarina.com Site: www.atumsantacatarina.com Facebook: http://facebook.com/ConservasSantaCatarina



Handwritten signature

3.2 ORGANOGRAMA



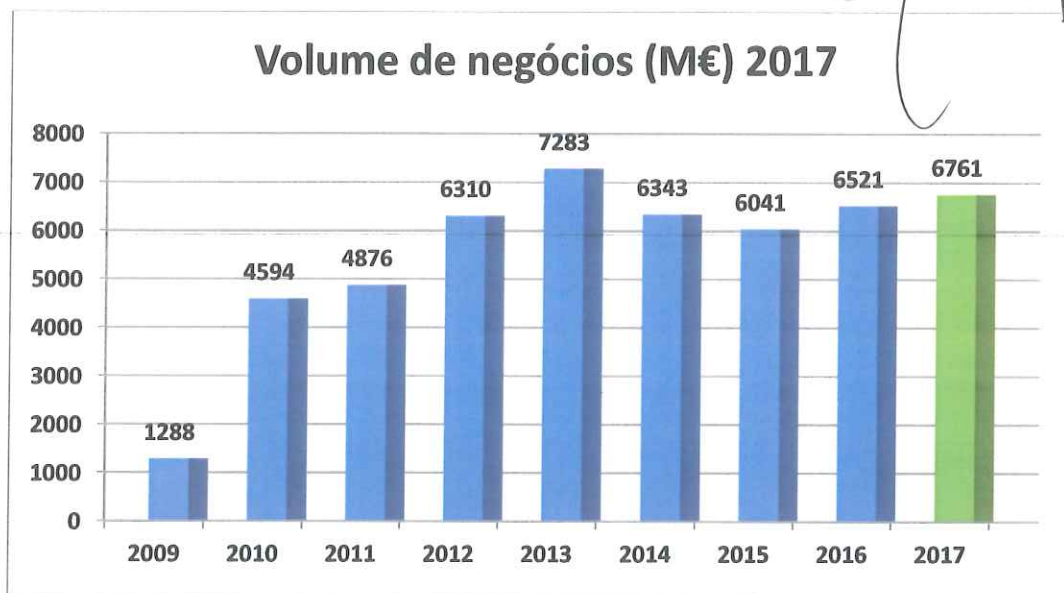


3.3 ATIVIDADE

No ano de 2009 a Santa Catarina foi adquirida pela Região Autónoma dos Açores através da Lotaçor, S.A., pois a empresa encontrava-se parada por falta de liquidez, numa situação económico e financeira muito grave, colocando em causa a continuidade da sua atividade, com graves repercussões para a economia da ilha de São Jorge e para a manutenção das exportações regionais, bem como, da manutenção de uma indústria com grande tradição nos Açores.

Desde essa data, o principal investimento da Santa Catarina tem sido na valorização das conservas produzidas na Calheta de São Jorge, acrescentando-lhes valor, para que se possa atingir a sustentabilidade da empresa. Após a intervenção da RAA na empresa, o volume de negócios da empresa cresceu até 2013, tendo tido um ligeiro decréscimo no biénio 2014/2015 e tendo infletido essa tendência já em 2016. Esse crescimento não corresponde só a volume de negócios, está também refletido em aumento do valor de venda das conservas produzidas em São Jorge, pois o número de latas vendidas em 2017 é similar ao de 2015, mas o volume de negócios é superior.

Para isso, foram criadas condições logísticas e reformulada a forma de trabalho e constituição da equipa comercial. Houve uma aposta muito clara em trabalhar com o grande retalho, de forma segmentada por marcas, e com uma estratégia que começará a dar mais e melhores resultados no futuro, de forma consistente e consolidada. No mercado internacional, houve um claro reforço das relações comerciais com alguns clientes âncora e a procura de novos parceiros para reforçar a nossa internacionalização, parcerias essas que começam a ter resultados e continuaram a crescer e a solidificar.



Evolução das vendas de conservas em 2017

O volume de negócios da empresa atingiu os 6,761 milhões de euros em 2017, o valor mais elevado de sempre, sem considerar o ano de 2013, que será certamente ultrapassado em 2018. O crescimento de 2017 face a 2015 é de 11,9%. A trajetória de crescimento é sustentada, pois para os anos seguintes prevemos a continuidade do crescimento, estando neste momento dependente da capacidade de crescimento em termos de produção.

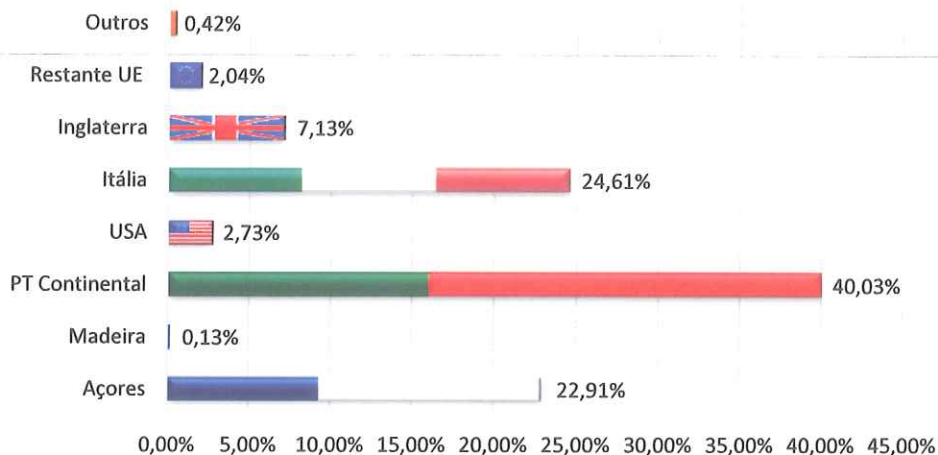
O aumento deveu-se, acima de tudo, ao crescimento da afirmação das nossas marcas no mercado nacional e internacional. Hoje as nossas marcas são uma presença constante e regular nas principais superfícies comerciais de retalho do país e estão presentes também em novas cadeias de distribuição em Inglaterra e EUA. No mercado Açoriano consolidamos a nossa posição e somos hoje uma referência para o consumidor Açoriano.

Prevemos que a nossa presença no mercado nacional irá continuar a melhorar, face ao investimento que fizemos e continuamos a fazer em parcerias com a grande distribuição, onde estamos a cimentar relações de confiança e de interdependência saudáveis e rentáveis para ambas as partes.



Vendas de conserva por mercados

Vendas de conserva por mercados 2017



As vendas para países externos representaram 37% do total, em linha com a média do sector. Em 2017 o crescimento no mercado nacional foi superior, pois a entrada e consolidação da nossa posição em algumas cadeias de distribuição permitiu que a Santa Catarina se afirmasse no mercado continental nacional.

A parceria com uma grande empresa italiana e a produção de marcas de referência no mercado Italiano continuam a ter um peso muito significativo para as vendas da Santa Catarina, contudo, as vendas da nossa marca Santa Catarina começam a ter procura também naquele mercado, onde as conservas Açorianas são apreciadas pelas gerações com mais idade, fruto do trabalho feito na década de 80.

O maior crescimento de vendas verificou-se em Inglaterra, na ordem dos 38%, face a 2016, atingindo meio milhão de euros, ou seja, cerca de 7% das vendas e 19% do total de exportações, mercado para onde vamos continuar a crescer fruto de parcerias sólidas. Hoje é já habitual vermos conservas produzidas pela Santa Catarina em espaços comerciais londrinos e somos procurados por clientes de outros locais do mundo que conheceram as nossas conservas em Inglaterra.

Outro mercado em expansão é o dos EUA que cresceu 10% de 2016 para 2017, atingindo os 2,73% das vendas da empresa. Este mercado continuará a crescer, pois além do tradicional mercado da saúde, para onde produzimos a nossa e outras marcas com alguma tradição de mercado, iniciamos ainda em 2017 contatos para reforçar a nossa presença, de forma mais sólida, numa cadeia de supermercados, para o consumidor em geral, saindo assim, fora do ciclo tradicional do cliente da saúde.

Relativamente aos restantes países de exportação, continuamos a ter presença em diferentes países, um pouco por toda a Europa e até por outras partes globo. Em alguns países as



parcerias que estamos a construir trarão em breve novas oportunidades de negócio, contudo, a internacionalização não se faz no curto prazo e as relações de confiança duradouras são de construção lenta e bem alicerçada em trabalho diário e confiança mútua.

O mercado Açoriano representou cerca de 23% das vendas, com pontos de venda em todas as ilhas, apresentando um crescimento de 2,81% relativamente ao ano anterior, mas diminuindo o seu peso nas nossas vendas.

Quanto ao mercado de Portugal Continental, que mantém a maior representatividade do volume de vendas, representou cerca de 38%. Apesar das vendas de marcas próprias terem decrescido, a percentagem de vendas em Portugal Continental cresceu quase 1% porque aumentou nos outros canais.

Vendas de conservas por marcas

Em 2017, as marcas registadas e propriedade da Santa Catarina representaram 63% das vendas totais, divididas por Santa Catarina, Bonito dos Açores, Petiscada, Samacaio e Bela Aurora. A marca Bela Aurora vendeu mais 44,5% do que no ano anterior, fruto de um contrato com a grande distribuição e com um grande investimento que nos ajudou a escoar e valorizar os Pedacinhos. Escoar este produto a um preço economicamente mais sustentável era um problema que conseguimos ultrapassar já em 2016 e que prevemos se mantenha consolidado.

Dentro das marcas da empresa, a marca Santa Catarina distingue-se das demais, com um peso percentual de 66%, o que representa um aumento de 2% em relação ao ano anterior. Em lata branca e com marcas próprias, a empresa vendeu 37% do volume total; o peso das marcas brancas está a diminuir, o que se traduz na afirmação e valorização das nossas marcas.





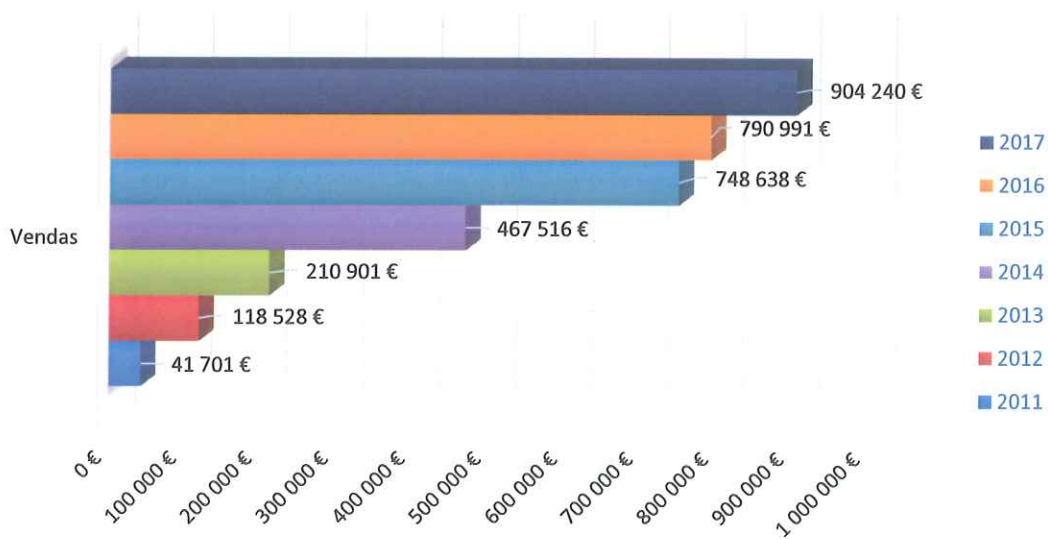
Handwritten signature

Vendas de conservas por marcas 2017



Evolução de vendas da linha de especialidades até 2017

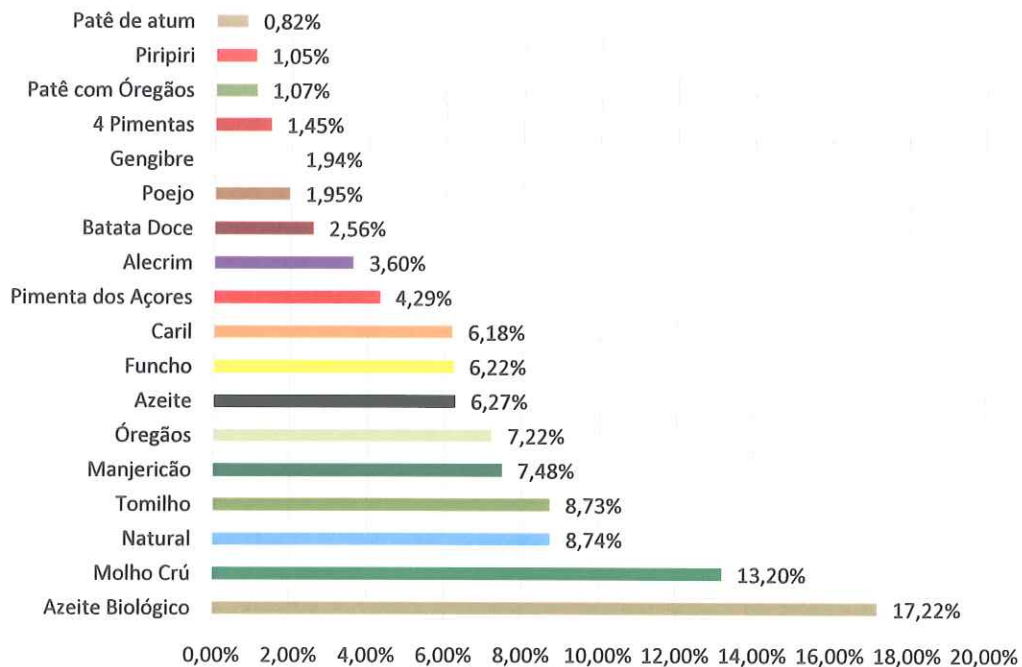
Vendas de especialidades





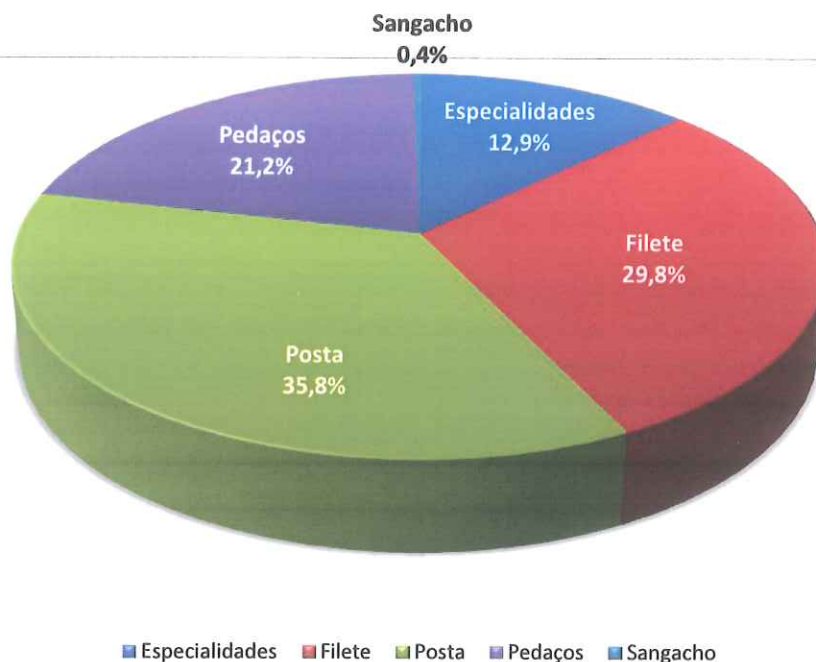
O volume de vendas da linha de especialidades Santa Catarina teve um aumento de 14% face ao ano anterior, passando de 790.991,00€ de vendas para 904.240,00€ e representando 13% do volume de faturação total. Esta é uma aposta ganha, hoje as nossas especialidades são a imagem principal e um produto âncora para as nossas conservas. Esta aposta é hoje uma vitória que nos abre caminho a novos mercados e ao desenvolvimento de novos produtos e novos desafios.

Vendas de especialidades por referência 2017





Vendas de conservas por corte 2017



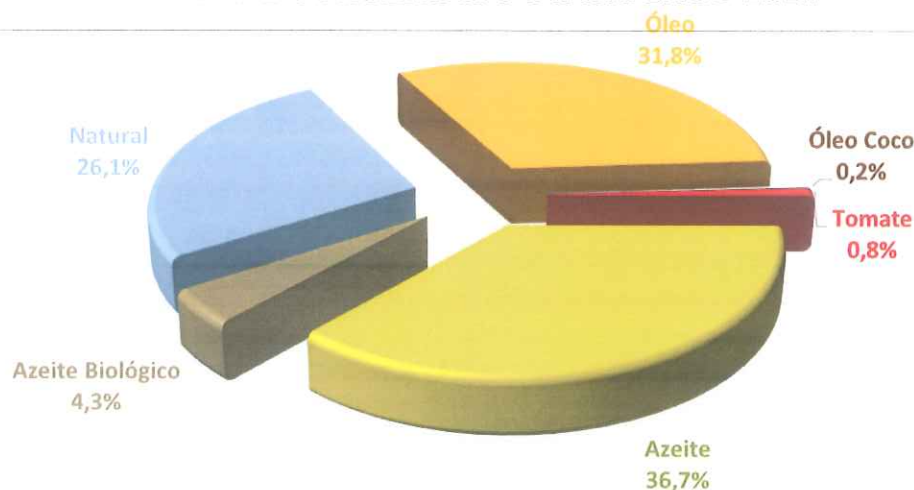
Em termos de valor, em 2017 a posta passou a representar a maior fatia do volume de vendas (36%), seguida do filete com 30% do volume. Os pedaços viram o seu peso percentual aumentado em 6% relativamente a 2016, representando este ano 21% do total do volume de vendas. As vendas de especialidades aumentaram 1% o seu peso percentual, relativamente ao volume do ano anterior, representando agora 13% das vendas da empresa.

A Santa Catarina precisa de continuar a investir na valorização e afirmação das suas postas, pois os restantes cortes estão, de certa forma, equilibrados entre a oferta e a procura. Como precisamos de crescer em volume de negócios e laboração, para atingir o equilíbrio da nossa exploração, precisamos de melhorar a capacidade de escoamento das nossas postas, corte onde a Santa Catarina, por razões óbvias, é menos competitiva que as demais concorrentes continentais e espanholas. A nossa estratégia passa por começar a vender mais posta em novos mercados, criando um equilíbrio maior entre exportação de especialidades/filete e postas. Para isso, estamos já trabalhar novos produtos e novos canais de distribuição para os mercados da América do Norte e América Central, bem como, para o mercado Europeu.



Vendas de conservas por tipo de molho 2017

VENDA DE CONSERVAS POR MOLHOS 2017



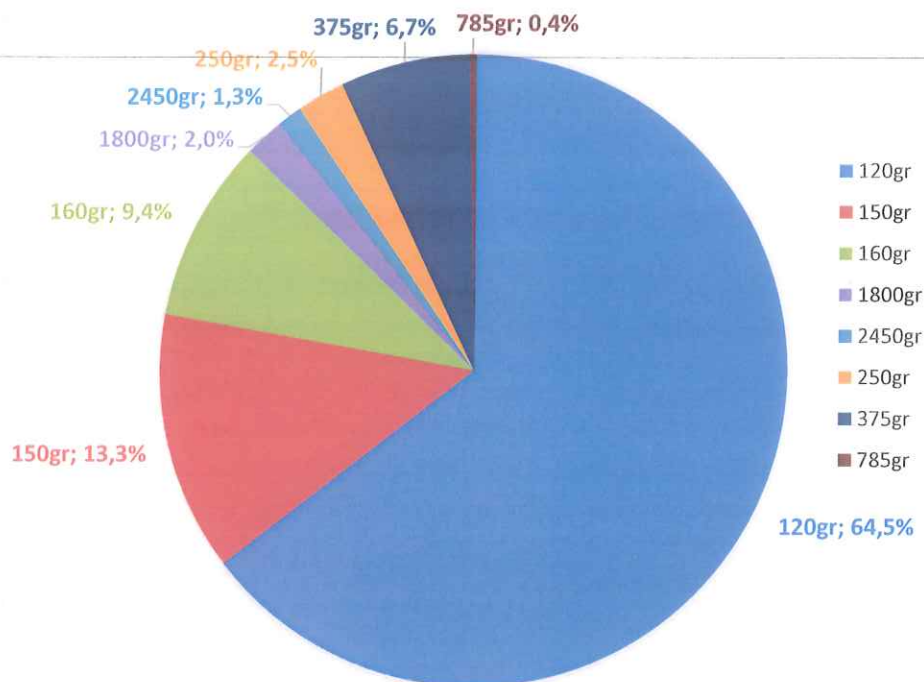
Em 2017, a percentagem de venda de conservas em azeite manteve-se na ordem dos 37%. Em água e em azeite biológico, a venda de conservas aumentou o peso percentual, representando, em 2017, 26,1 % e 4,3%, respetivamente. Em contrapartida, as conservas em óleo passaram a representar menos 5% do volume percentual das vendas em 2017, ou seja, 31,8%, em comparação com os 35,4% de 2016. Em 2017 iniciou-se também a produção de conservas em óleo de coco.

Estes números estão em linha com a tendência de mercado e demonstram que a Santa Catarina cada vez mais se posiciona num mercado *premium*, diminuindo a sua venda de conservas em óleo, molho utilizado para conservas de primeiro preço. Contamos continuar a crescer nos molhos do azeite e natural (água) e nos segmentos de menor escala, mas de valor acrescentado, azeite e óleo de coco biológico.



Vendas de conservas por formato 2017

VENDAS DE CONSERVAS POR FORMATO 2017



O formato mais vendido em 2017 foi o ¼ Club (120g), com 64,5% do volume de vendas em valor, praticamente a mesma percentagem que no ano anterior.

As embalagens de vidro em 150g e em 250g, no conjunto, representaram 14,6% do valor das vendas, menos 1,4% do que em 2016.

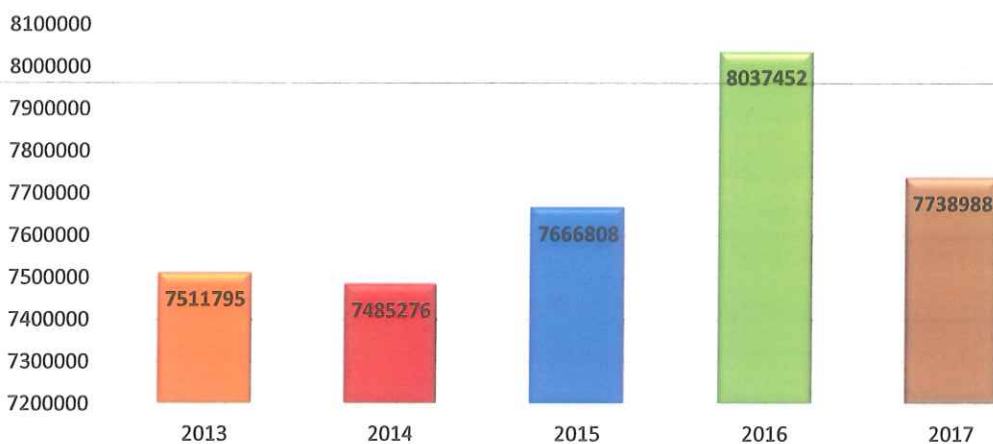
Em 2017, os chamados "formatos grandes", com latas de 1 kg, 2 kg e 3 kg, representaram 3,7%, praticamente a mesma percentagem das vendas do ano anterior, e os "formatos pequenos" em redondo (160gr e 375g) representam 16% do total, mais 1% que em 2016.

A nossa estratégia passa por aumentar o peso dos formatos redondos nas vendas, pois são referências com menor pressão de concorrência no mercado nacional onde o ¼ club é campeão de vendas e logo, a concorrência é muito maior, praticam preços mais baixos e possuem uma capacidade de oferta em grande escala.



Venda de conservas em quantidade

LATAS DE CONSERVAS VENDIDAS EM 2017



Em 2017, foram vendidas, em diferentes formatos, cortes, molhos e marcas, cerca de 7,7 milhões de latas de conserva, cerca de 3,71% a menos que os 8 milhões de latas de conserva vendidas em 2016. Em 2016 foi preciso reequilibrar alguns stocks e houve necessidade de escoar algumas referências que estavam paradas em stock. Em 2017 houve um equilíbrio entre a produção e as vendas.

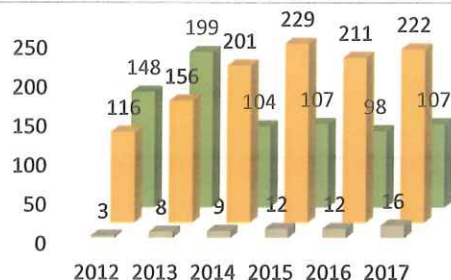
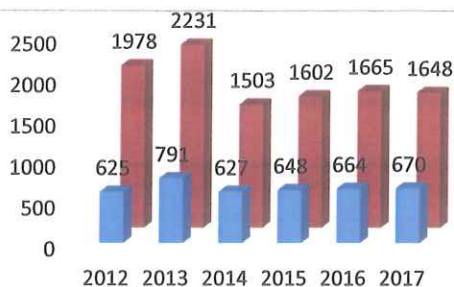
De 2015 para 2016 a evolução é de aproximadamente 1% na quantidade de latas e de 12% no aumento do valor de vendas, o que representa um esforço da nossa empresa na sua consolidação comercial e na afirmação da Santa Catarina.



Consumos

Consumo de peixe (ton)

Consumo de molhos (ton)



■ Px Limpo (ton) ■ Px Inteiro (ton)

■ Azeite Bio (ton) ■ Óleo (ton) ■ Azeite (ton)

A fábrica teve uma pequena diminuição de 1% do peixe laborado em relação a 2016, situação que precisa de ser corrigida, pois estamos a fazer um esforço para aumentar a produção, contudo, este aumento só se efetiva de acordo com a qualidade e tamanho do pescado, só no último trimestre de 2017 é que a nossa unidade de produção conseguiu crescer em produção. Em 2017 houve um aumento de 0,8% no rendimento médio da limpeza, que este ano foi de 40,7%. Em relação aos molhos, o consumo de azeite subiu cerca de 9%, o consumo de óleo cresceu cerca de 5%, mas o grande crescimento foi o de azeite biológico, na ordem dos 33%. Será essencial aumentar a quantidade de pescado laborado, para viabilizar a nossa unidade industrial. Em 2017 já equilibrámos a variação de stocks de produto acabado, pelo que podemos começar a produzir mais, fruto de uma necessidade causada pelo aumento da procura no mercado, condição fundamental para atingirmos o equilíbrio da nossa exploração.



Fornecimentos e Serviços Externos

2017

Conta	Descrição	Valor (€)
622	Serviços especializados	336 647,55 €
623	Materiais	37 134,74 €
624	Energia e fluídos	125 461,61 €
625	Deslocações, estadas e transportes	323 502,90 €
626	Serviços diversos	55 343,50 €
TOTAL		878 090,30 €

Em 2017, a rubrica "Serviços especializados" representou 38,34% dos fornecimentos e serviços externos, uma vez que se contabilizou o pagamento final da consultoria que se fez na área da produção em anos anteriores. As "Deslocações, estadas e transportes" representaram 36,8% dos fornecimentos e serviços externos, sendo que os transportes representam 90,45% do total, devido à localização da fábrica e operação logística necessária para colocar os produtos no mercado, e o transporte dos colaboradores para o local de trabalho que representa um custo elevado, mas que é também um investimento na captação de boa mão-de-obra, e no rendimento indireto dos nossos colaboradores. A energia e fluídos representa 14,29% dos FSE; este é um aspeto onde o investimento torna-se essencial e poderá ser um fator de melhoria da competitividade da nossa unidade industrial, recorrendo a novas formas de energia. Os serviços diversos com 6,30% e os materiais com 4,23%, estão em linha com as necessidades da empresa.



3.4 INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2017 continuamos os investimentos na manutenção e certificação da nossa unidade industrial. Uma fábrica que não investe na melhoria da sua maquinaria e na eficiência do seu processo produtivo tende rapidamente a desatualizar-se e ficar fora de mercado. Assim é em pequenos investimentos na manutenção permanente dos edifícios ou em grandes reparações de máquinas das linhas de enlatamento e cravação. De realçar que esta fábrica estava sem qualquer investimento há largos anos, o que condiciona o desempenho económico da empresa. A exemplo disso, temos grande reparação e manutenção de uma entaladora mecânica e a aquisição de uma cravadeira de 120 grs e um azeitador contínuo. Procedeu-se também à compra, em segunda mão, de uma cravadeira CAU 50 que foi recondicionada e substituiu a que se encontrava em funcionamento para nossa linha de filete e especialidades, há muito para além do seu período de vida útil e a precisar de uma grande reparação.

Presentemente a fábrica precisa de investimentos mais elevados, na melhoria da nossa produtividade, de melhores condições laborais e de fluxo de produção.

Pequenos investimentos direcionados para a manutenção da certificação IFSS 22000 são uma constante, fruto do processo contínuo de auditorias e relatórios que nos obrigaram a um investimento permanente. Estamos já a preparar a fábrica para um novo desafio, a certificação IFS, e para isso, já se iniciaram trabalhos de pavimentação no piso da fábrica e na reparação dos tetos.



3.5 RECURSOS HUMANOS

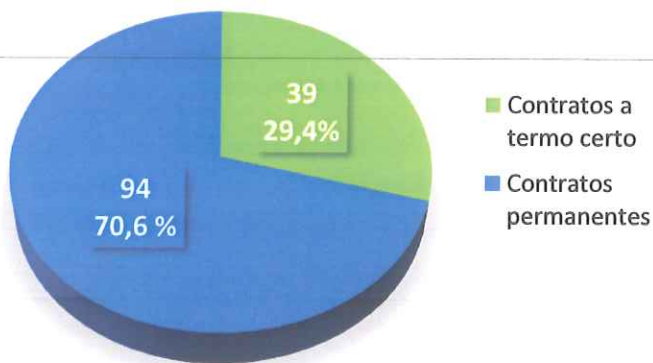
O número de trabalhadores com vínculo à empresa, no final de dezembro de 2017, era de 133 e distribuíam-se da seguinte forma:

Conselho de Administração (Executivos)	2
Departamento Administrativo/Financeiro	6
Serviços Administrativos	5
Controlo Gestão	1
Departamento Comercial/Marketing/ Qualidade	8
Comercial	4
Marketing	1
Qualidade	3
Departamento Produção	117
Gestão/controlo Produção	5
Bosque	6
Fabrico	79
Embalamento e Armazenagem	13
Higiene e Limpeza	5
Manutenção	3
Custos comuns à Produção	6
TOTAL	133



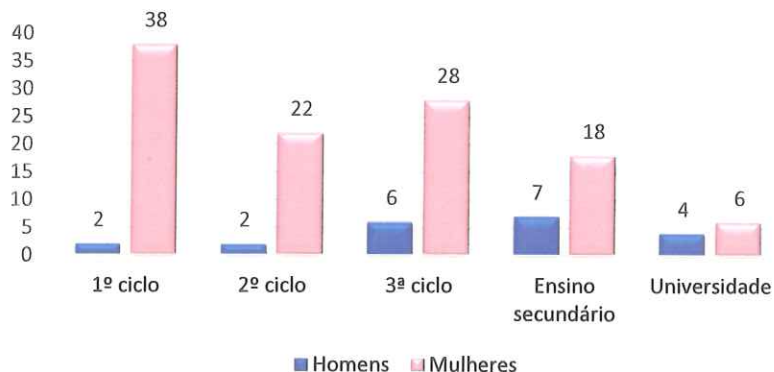
Em relação ao tipo de contrato repartem-se por:

Tipo de contratos 2017



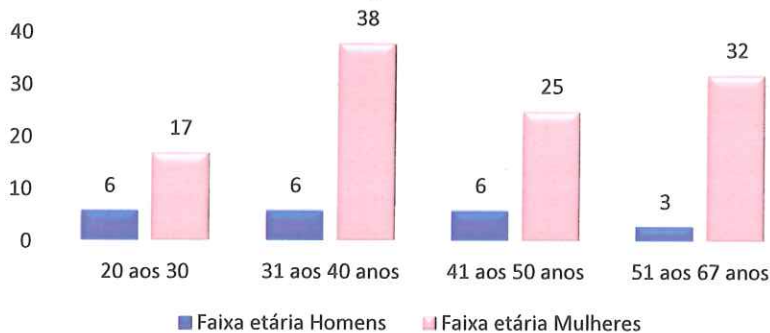
Os níveis de habilitações literárias dos colaboradores repartem-se da seguinte forma:

Escolaridade 2017



A estrutura etária é a seguinte:

Colaboradores por faixa etária 2017





Handwritten signature

No ano de 2017, realizaram-se as seguintes ações de formação:

Data	Tema	Nº Formandos	Duração (h)	Total Ação (h)	Local	Entidade Formadora	Entidade INT/EXT
5/jan	Boas Práticas - Higiene pessoal e instalações	30	30	30	Fáb. Sta. Catarina	Dep. Qualidade	INT
11/jan	Regulamentação Interna de higiene e disciplina do pessoal com base	29	58	58	Fáb. Sta. Catarina	Dep. Qualidade	INT
13/fev	Segurança e Higiene no Trabalho/ Trabalhador Designado	3	105	105	Asal	Asal	EXT
4/mar	Gestão de Alergénios nas Empresas do Setor Alimentar	2	12	12	Sala de Formação da Câmara do Comercio de Angra do Heroísmo	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	EXT
21/mar	Empilhadores	3	48	48	Instalações da Bentrang	SGS	EXT
23/mar	Combate a Incêndios e Evacuação de Pessoas	1	7	7	Asal	Asal	EXT
27/mar	Primavera	2	3	3	Fáb. Sta. Catarina	Primavera	EXT
20/abr	Manuseamento de Gases Fluorados Com efeito estufa em Equipamentos Fixos de Refrigeração	2	102	102	online/Centerm	Apief/Centerm	EXT
20/abr	Etiqueta Logística GS1-128	1	4	4	Codipor	Codipor	EXT
14/jun	Esterilização	3	6	6	Fáb. Sta. Catarina	Dep. Qualidade	INT
05/jul	Lean six sigma green belt	1	48	48	Sala SGS/Lisboa	SGS	EXT
27/jul	Codificação de Lotes	9	9	9	Fáb. Sta. Catarina	Produção	INT
01/ago	Limpeza de Peixe	17	272	272	Fáb. Sta. Catarina	Dep. Qualidade	INT
13/set	SyncPT	1	2	2	Codipor	codipor	EXT
22/set	Gestão de Alergénios nas Empresas do Setor Alimentar	4	20	20	Fáb. Sta. Catarina	Dep. Qualidade	INT
23/set	Elaboração de fichas técnicas de produtos alimentares	3	24	24	Sala de Formação da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	EXT
29/set	Alergénios	88	88	88	Fáb. Sta. Catarina	Dep. Qualidade	INT
29/set	Higiene e segurança no trabalho	86	172	172	Fáb. Sta. Catarina	Dep. Qualidade	INT
18/out	Qualificação em FSPCA	1	20	20	Sala SGS/PDL	SGS	EXT
15/nov	IFS	12	48	48	Fáb. Sta. Catarina	Nazare Carrolo	EXT
15/nov	FSSC22000	12	12	12	Fáb. Sta. Catarina	Nazare Carrolo	EXT
17 e 20 nov	Encarregado da proteção de dados	1	16	16	SGS Ponta Delgada	Manuel Melo	EXT
23/nov	Diagnóstico de divergências entre processamento e a segurança social	1	1	1	Fáb. Sta. Catarina	Susana Teixeira	EXT
13/dez	Gestao de faltas	1	1	1	Fáb. Sta. Catarina	Susana Teixeira	EXT
29/11,07e15/12	Admissão e cessação + ERP	1	13,5	13,5	Fáb. Sta. Catarina	Susana Teixeira	EXT
TOTAL		314	1121,5	1121,5			

Durante o ano de 2016 foram administradas cerca de 1122 horas de formação, interna e externa, existiram 314 formações dadas a colaboradores, em várias temáticas, com predominância em temáticas relacionadas com Higiene e Segurança no trabalho com o objetivo de manter a qualidade e exigência dos elevados padrões de certificação.

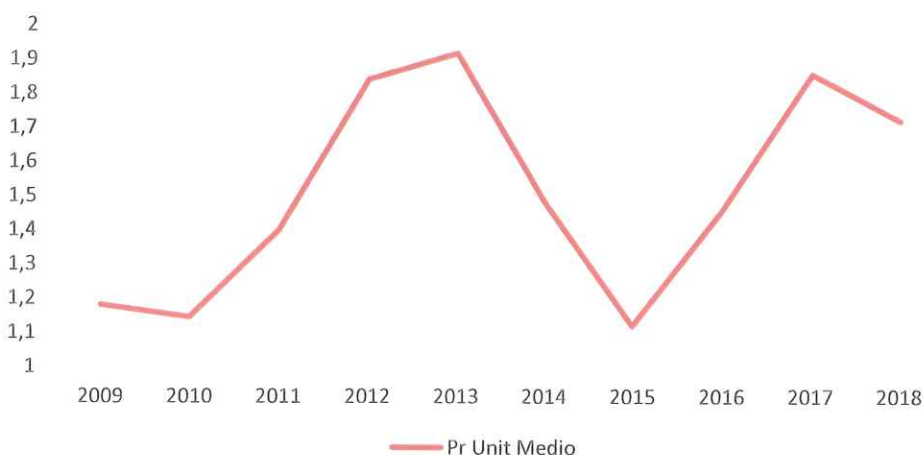


3.6 EVOLUÇÃO DA GESTÃO

O principal fator de rentabilidade de uma fábrica de conservas de atum é a matéria prima, logo, os anos de 2016 e 2017 são condicionados por uma evolução da cotação do pescado no mercado e pela qualidade/calibre do pescado. O esforço de pesca global mantém-se ano após ano, para alimentar uma indústria que abastece um consumidor final que mantém as conservas de atum nos seus hábitos de alimentação quotidianos.

Como do lado da compra de matéria prima o mercado é volátil, e do lado da venda, junto do consumidor final os preços são estáveis, estamos perante uma indústria que está sujeita às flutuações e contingências do mercado.

Preço Unitário Médio Skypjack Mercado Externo



Não basta a esta empresa crescer em volume de vendas, é preciso valorizar as suas marcas e produtos para assumir a sua quota de mercado e tornar as vendas cada vez mais estáveis e menos sujeitas às flutuações do mercado. Esse trabalho é feito pela Santa Catarina com grande dedicação dos seus profissionais. Contudo, existem campanhas de valorização e divulgação que são essenciais para a futuro da empresa e da indústria conserveira regional que deviam ser assumidas numa ótica global da marca Açores.

Os rendimentos de aproveitamento de peixe ao longo de 2017 foram muito semelhantes aos do ano transato, com um ligeiro crescimento. Contudo, houve um esforço na formação de pessoal e de contratação de mais MO para aumentar a produção; este esforço só se consubstanciou e traduziu em números no final do ano. O aumento de produção numa unidade industrial, com recurso elevado a MO especializada não se consegue no curto prazo, é um trabalho demorado e de preparação que leva muitas das vezes anos a conseguir. A produção e rentabilização de atum



em conserva está dependente de variadíssimos fatores: capacidade de oferta de trabalhadores com experiência na limpeza e enlatamento de pescado, calibre e qualidade da matéria prima e capacidade de alavancagem das linhas de produção. A Santa Catarina deverá continuar a formação dos seus quadros e no reforço de Mo com *know how*, reforço da sua fábrica para ter amplitude de fabrico até 16 milhões de latas, e um reforço na sua capacidade de abastecimento em quantidade e qualidade de matéria prima, para poder condicionar a sua seleção do pescado.

Em 2017 houve uma ligeira diminuição dos custos de fornecimentos e serviços externos, fruto de uma gestão muito rigorosa, mas também pelo facto de termos contabilizado em 2016 custos com uma consultadoria contratada anteriormente.

A qualidade e o saber fazer da Santa Catarina é corroborada pela atribuição de prémios que tem recebido de uma forma consistente.

CONCURSO NACIONAL DE CONSERVAS 2017

Santa Catarina conquistou em 2017 o maior número de sempre de prémios no Concurso Nacional de Conservas de Pescado, realizado em Santarém. Neste 6.º concurso arrecadou 8 prémios em 7 dos produtos que apresentou a concurso, incluindo o mais importante do certame, que distingue "O Melhor dos Melhores", com o Filete de atum com molho cru, que já havia vencido o mesmo prémio em 2012.

A distinção, conferida ao produto da gama de especialidades da Santa Catarina num concurso em que se apresentaram produtos de grande qualidade, exalta aquele produto como "a conserva de maior excelência".

Para além do principal prémio, obteve ainda duas medalhas de ouro, uma também para o Filete de atum com molho cru e outra para a Posta de atum com hortelã. Na categoria Prata, medalhou o Filete de atum com 4 pimentas, o Filete de atum com gengibre, a Posta de atum com cravinho e a Posta de atum com louro. Por fim, ainda viu a sua Posta de atum com piri-piri galardoada com uma medalha de bronze.

Santa Catarina consagrou o seu atum como "Melhor dos Melhores" pelo 6.º ano consecutivo.

PRÉMIO 5 ESTRELAS 2017

O atum da Fábrica de conservas Santa Catarina obteve o título de Produto Cinco Estrelas 2017.

O selo "Prémio Cinco Estrelas" consiste num sistema de avaliação de produtos e serviços e distinguiu 97 marcas comerciais, entre elas a Santa Catarina, 13 personalidades e 11 órgãos de comunicação social, num total de 121 vencedores. A cerimónia de entrega de prémios realizou-se no início de fevereiro, na fundação Champalimaud.



Na génese deste prémio está uma metodologia única no mercado português, segundo a qual são avaliados os principais critérios que influenciam os consumidores nas suas decisões de compra: satisfação pela experimentação, relação preço-qualidade, intenção de compra ou recomendação, confiança na marca e inovação.

Continuamos a cumprir com os compromissos de exigência de qualidade e serviço aos nossos clientes e parceiros de negócio por forma a manter e revalidar a certificação internacional FSSC 22000 e estamos a preparar a fábrica já para o próximo nível IFS em 2018.



3.7 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Para 2018 espera-se que os preços das matérias primas, nomeadamente o atum, decresça no preço pois cremos que os preços atingidos em 2017 foram o pico de um ciclo, contamos no próximo ano ter mais peixe nos Açores e melhores condições negociais para garantir o máximo de peixe fresco possível proveniente da safra regional.

Contamos aumentar a nossa produção e volume de negócios em 2018 para dar continuidade ao trabalho de preparação da fabrica e do mercado iniciado em 2016 e 2017 para atingirmos o equilíbrio dos resultados de exploração em 2018. O plano de negócios elaborado no segundo semestre de 2015 previa que a empresa conseguisse em 2017 um EBITDA positivo; tal não aconteceu porque a cotação da matéria prima e o seu calibre em 2017 foram anormalmente altos e baixos respetivamente.

Relativamente às vendas, pretende-se aumentar o volume de negócios, face ao aumento de encomendas, acrescido de um aumento geral de preços da conserva. No segmento filete/especialidade iremos dar sempre prioridade à conserva de especialidade, alterando a relação de volumes vendidos entre eles, pois as especialidades libertam uma margem superior à do filete.

A empresa precisa de melhorar a sua capacidade negocial, para poder comprar melhor e abastecer-se de forma mais eficiente. Além disso, precisa de investimentos que permitam melhorara sua eficiência de produção, energética e criar melhores condições de trabalho aos seus profissionais, em linha com as suas concorrentes.

Em 2017, se retirarmos aos seus custos o impacto da oscilação da cotação do pescado e do azeite, as contas de Santa Catarina teriam atingido um resultado muito próximo do EBITDA positivo, o que nos leva a acreditar na viabilidade desta empresa.



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



Handwritten signature

4.1 ANÁLISE DO BALANÇO

4.1.1 ATIVO

Rubricas	2017	2016	Variação %
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	2 386 516,82	2 947 913,96	-19,04%
Ativos intangíveis	323 200,00	363 600,00	-11,11%
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	-	-	-
Outros investimentos financeiros	590 123,35	576 859,24	2,30%
	3 299 840,17	3 888 373,20	-15,14%
Ativo corrente:			
Inventários	2 145 788,62	1 771 293,14	21,14%
Clientes	2 283 368,27	2 427 358,19	-5,93%
Estado e outros entes públicos	106 754,72	108 708,79	-1,80%
Outros créditos a receber	1 079 510,07	839 800,04	28,54%
Diferimentos	3 242,19	2 580,70	25,63%
Caixa e depósitos bancários	126 120,31	132 252,07	-4,64%
	5 744 784,18	5 281 992,93	8,76%
Total do Ativo	9 044 624,35	9 170 366,13	-1,37%

O ativo diminui, em termos globais, 1,37%, face a 2016.

ATIVO NÃO CORRENTE

Esta rubrica diminui em 15,14% de 2016 para 2017. O ativo não corrente decresceu em relação ao ano anterior, visto terem sido feitos apenas pequenos investimentos em equipamentos e manutenção da fábrica, de valor muito inferior ao que a empresa necessita.

ATIVO CORRENTE

O ativo corrente aumentou em 8,76%. Este crescimento deveu-se ao aumento significativo dos inventários e dos outros créditos a receber, onde se inclui o valor a receber da Companhia, Lda. Também contribuiu para este crescimento, o valor a receber da alienação da embarcação "Mestre Afonso", cujo reconhecimento contabilístico foi feito este ano, uma vez que não se prevê o não cumprimento do contrato-promessa de compra e venda.



4.1.2 CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO:

Capital subscrito	50,000.00	50,000.00	-
Outros instrumentos de capital próprio	12,870,729.04	11,920,729.04	7.97%
Resultados transitados	(17,515,858.21)	(16,497,038.46)	6.18%
Excedentes de revalorização	365,054.20	1,093,170.52	-66.61%
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	(23,676.71)	(95,522.45)	-75.21%
	<u>(4,253,751.68)</u>	<u>(3,528,661.35)</u>	
Resultado líquido do período	(1,463,958.69)	(1,853,310.02)	-21.01%
Total do Capital Próprio	<u>(5,717,710.37)</u>	<u>(5,381,971.37)</u>	6.24%

PASSIVO:

Passivo não corrente:

Estado e outros entes públicos	1,471,093.26	1,301,764.30	13.01%
Financiamentos obtidos	4,456,186.12	4,755,259.41	-6.29%
Passivos por impostos diferidos	128,010.48	281,821.16	-54.58%
Provisões	1,593,978.14	1,602,031.70	-0.50%
	<u>7,649,268.00</u>	<u>7,940,876.57</u>	<u>-3.67%</u>

Passivo corrente:

Fornecedores	1,440,685.24	1,910,452.01	-24.59%
Estado e outros entes públicos	227,691.77	192,485.85	18.29%
Financiamentos obtidos	3,809,512.67	2,932,340.72	29.91%
Outras dívidas a pagar	1,635,177.04	1,087,011.07	50.43%
Diferimentos	-	489,171.28	-100.00%
	<u>7,113,066.72</u>	<u>6,611,460.93</u>	<u>7.59%</u>

Total do Passivo	<u>14,762,334.72</u>	<u>14,552,337.50</u>	1.44%
Total do Capital Próprio e do Passivo	<u>9,044,624.35</u>	<u>9,170,366.13</u>	-1.37%



CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015, existe um saldo devido ao acionista de 10.905.729 euros que corresponde aos fundos diretamente disponibilizados ou à transformação de créditos que, no futuro, poderão ser utilizados para cobertura de prejuízos ou aumento de capital social, caso se verifique que são na sua totalidade necessários para a sustentabilidade financeira da empresa. No ano de 2017 a LOTAÇOR reforçou os capitais próprios da SANTA CATARINA, no montante de 950.000,00 euros, passando o saldo da rubrica Instrumentos de capital próprio para 12.870.729,04 euros.

O valor do capital próprio ficou negativo em -5.717.710,37€, fundamentalmente devido aos resultados transitados terem aumentado em relação a 2016, e ao próprio resultado líquido do período.

PASSIVO

O passivo, na sua globalidade, aumentou em 1,44%, menos do que no ano anterior. As principais razões do aumento prendem-se com financiamentos de curto prazo, para reforço de apoio à tesouraria, e outras dívidas a pagar, onde se incluem os cheques pré-datados usados para pagamentos a fornecedores.

PASSIVO NÃO CORRENTE

Existe uma diminuição do passivo não corrente em 3,67%, devido ao acerto feito nos impostos deferidos relativos à reavaliação do imobilizador efetuada no ano de 2012 e à diminuição dos financiamentos obtidos não correntes, por abatimento do capital.

PASSIVO CORRENTE

O passivo corrente aumentou 7,59%, maioritariamente devido ao aumento das outras dívidas a pagar, que contempla o aumento da utilização de cheques pré-datados para pagamento a fornecedores, e aos financiamentos obtidos correntes, para apoio às necessidades de tesouraria, e ao aumento da rubrica estado e outros entes públicos.



4.2 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 2017

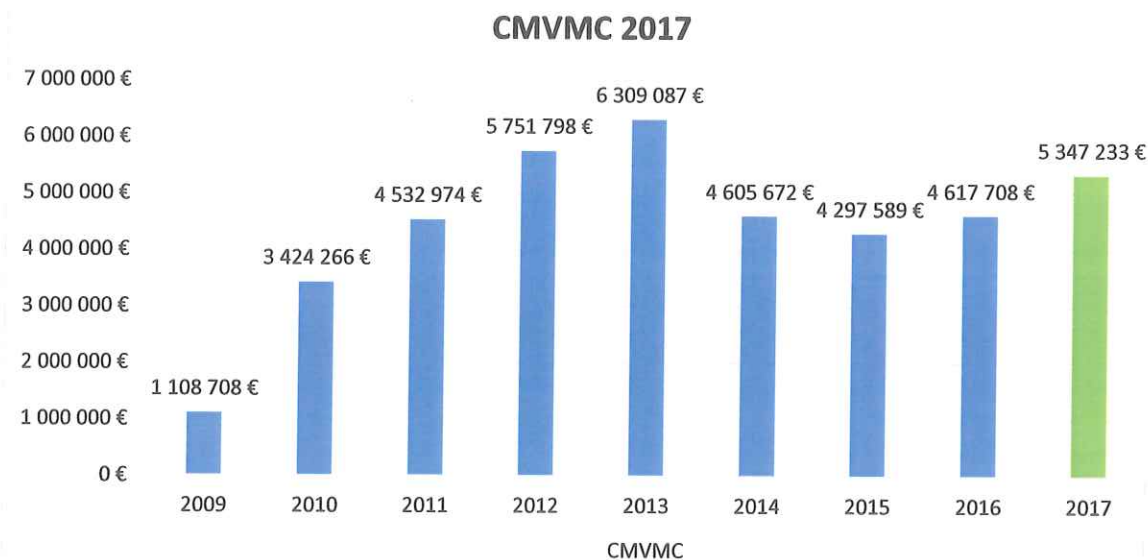
(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	2017	2016	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	6 761 463,22	6 521 300,97	3,68%
Subsídios à exploração	259 696,57	218 370,46	18,92%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto	(97 404,98)	(86 038,50)	13,21%
Variação nos inventários da produção	(581,61)	(347 043,10)	-99,83%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5 347 233,38)	(4 617 708,30)	15,80%
Fornecimentos e serviços externos	(878 090,30)	(923 136,99)	-4,88%
Gastos com o pessoal	(1 785 278,15)	(1 667 599,60)	7,06%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	50 000,00	-	-
Outros rendimentos	379 010,52	27 677,27	1269,39%
Outros gastos	(310 130,22)	(178 389,08)	73,85%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	(968 548,33)	(1 052 566,87)	-7,98%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(252 195,85)	(490 095,93)	-48,54%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	(1 220 744,18)	(1 542 662,80)	-20,87%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(322 855,91)	(354 037,28)	-8,81%
Resultado antes de impostos (EBT)	(1 543 600,09)	(1 896 700,08)	-18,62%
Imposto sobre o rendimento do período	79 641,40	43 390,06	83,55%
Resultado líquido do período	(1 463 958,69)	(1 853 310,02)	-21,01%



4.2.1 GASTOS E PERDAS

Custos da Mercadoria Vendida e das Matérias Consumidas



Conta	Descrição	2017	2016	Var(%)
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons	5 347 233,38	4.617.708,30€	
	Mercadorias - C.M.V.C	1 469,55	4 604,55	-68,08%
61211	matérias-primas - cmpvc	3 066 105,26	2 517 230,56	21,80%
61221	Matérias subsidiárias - cmpvc	685 779,86	567 887,72	20,76%
61231	Embalagens de consumo - cmpvc	1 014 999,55	974 725,29	4,13%
61241	Matérias Diversas - cmpvc	70 168,91	54 658,59	28,38%
61251	Bar	12 446,75	9 137,70	36,21%
61261	Despesas adicionais	496 263,50	489 463,89	1,39%
	Total	5 347 233,38	4 617 708,30	15,80%

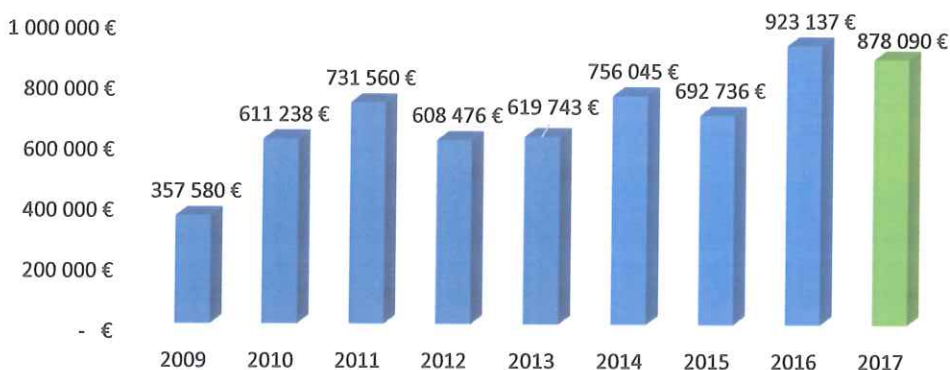
Como se poderá verificar, o aumento desta rubrica em 15,80%, em 2017, deve-se sobretudo ao grande aumento do preço da matéria prima e das matérias subsidiárias, nomeadamente óleo e azeite. Apesar disso foram feitos esforços para comprar aos melhores preços quer as matérias primas e subsidiárias, quer as embalagens.



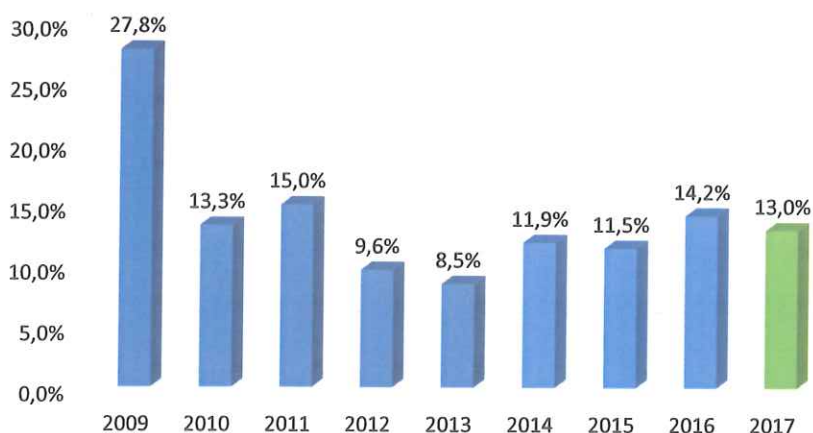
Handwritten signature and scribbles

Fornecimentos e Serviços Externos

F.S.E.



F.S.E./Volume Negócios



Em 2017, a rubrica “Serviços especializados” representou 38,34% dos fornecimentos e serviços externos, uma vez que se contabilizou o pagamento final da consultoria que se fez na área da produção em anos anteriores. As “Deslocações, estadas e transportes” representaram 36,8% dos fornecimentos e serviços externos, sendo que os transportes representam 90,45% do total, devido à localização da fábrica e operação logística necessária para colocar os produtos no mercado, e o transporte dos colaboradores para o local de trabalho que representa um custo elevado, mas que é também um investimento na captação de boa mão-de-obra, e no rendimento indireto dos nossos colaboradores. A energia e fluídos representa 14,29% dos FSE; este é um aspeto onde o investimento torna-se essencial e poderá ser um fator de melhoria da competitividade da nossa unidade industrial, recorrendo a novas formas de energia. Os serviços diversos com 6,30% e os materiais com 4,23%, estão em linha com as necessidades da empresa.

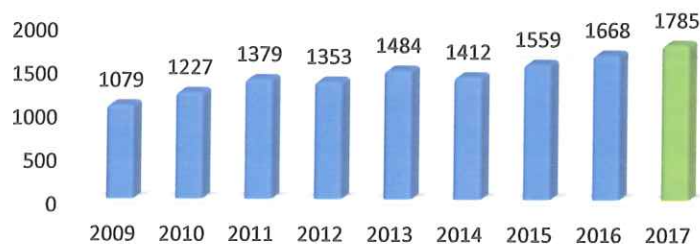


Conta	Descrição	2017	2016	Var. %
6221	Trabalhos Especializados	144 472,94 €	158 224,64 €	-8,69%
6222	Publicidade e Propaganda	9 086,24 €	10 308,24 €	-12%
6223	Vigilância e Segurança	120,00 €	3 407,85 €	-96,48%
6224	Honorários	3 565,11 €	3 374,32 €	5,65%
6225	Comissões	51 299,59 €	53 471,17 €	-4%
6226	Conservação e Reparação	22 918,47 €	52 268,23 €	-56,15%
6227	Serviços bancários	78 490,41 €	52 019,41 €	50,89%
6228	Outros Serviços Especializados	26 694,79 €	21 432,47 €	24,55%
622	Sub Total - Serviços Especializados	336 647,55 €	354 506,33 €	-5,04%
6231	Ferram. e Utens. de desgaste rápido	25 633,16 €	20 315,33 €	26,18%
6232	Livros e Documentação Técnica	0,00 €	0,00 €	0,00%
6233	Material de Escritório	3 314,39 €	4 123,45 €	-19,62%
623X	Outros Materiais Laboratório	8 187,19 €	8 887,59 €	-7,88%
623	Sub Total - Materiais	37 134,74 €	33 326,37 €	11,43%
6241	Eletricidade	80 992,31 €	84 389,10 €	-4,03%
6242	Combustíveis	8 582,32 €	7 354,44 €	16,70%
6243	Água	33 014,49 €	28 767,06 €	14,76%
6248	Outras Energias e Fluidos	2 872,49 €	1 722,50 €	66,76%
624	Sub Total - Energia e Fluidos	125 461,61 €	122 233,10 €	2,64%
6251	Deslocações e Estadas	30 903,51 €	41 525,48 €	-25,58%
6252	Transportes de Pessoal	51 584,33 €	51 355,18 €	0,45%
6253	Transportes de Mercadorias	241 015,06 €	253 220,11 €	-4,82%
625	Sub Total - Desl., Estadas e Transp.	323 502,90 €	346 100,77 €	-6,53%
6261	Rendas e Alugueres	2 892,24 €	3 030,67 €	-4,57%
6262	Comunicação	11 513,27 €	10 745,01 €	7,15%
6263	Seguros	13 817,53 €	23 641,49 €	-41,55%
6264	Royalties	0,00 €	0,00 €	-
6265	Contencioso e Notariado	1 927,99 €	1 810,06 €	6,52%
6266	Despesas de Representação	2 945,49 €	1 647,37 €	78,80%
6267	Limpeza Higiene e Conforto	18 123,25 €	18 972,11 €	-4,47%
626X	Outros Serviços Diversos	4 123,73 €	7 123,71 €	-42,11%
626	Sub Total - Serviços Diversos	55 343,50 €	66 970,42 €	-17,36%
62	Total - Forn e Serv Externos	878 090,30 €	923 136,99 €	-4,88%

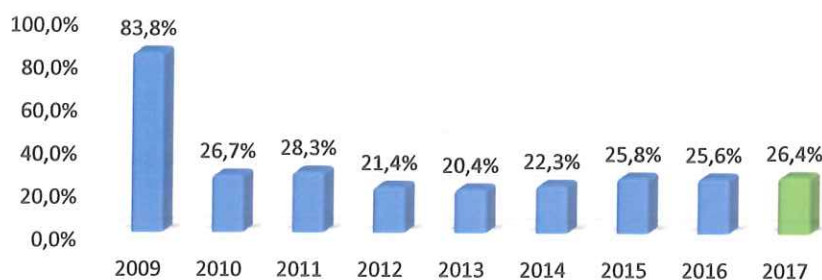


Custos com o Pessoal

Gastos Pessoal 2017 (M€)



Gastos Pessoal/Vol. Negócios 2017



Conta	Descrição	2017	2016	Var. %
	Gastos com Pessoal			
631	Remunerações Órgãos Sociais	115 901,31 €	101 530,57 €	14,15%
632	Remunerações do Pessoal	1 289 848,73 €	1 218 516,92 €	5,85%
634	Indemnizações	10 868,66 €	7 535,56 €	44,23%
635	Encargos sobre Remunerações	314 362,03 €	292 560,95 €	7,45%
636	Seguros de Acidentes Pessoais e doenças prof.	30 274,07 €	28 377,21 €	6,68%
638	Outros Gastos com Pessoal	24 023,35 €	19 078,39 €	25,92%
63	Total de Gastos com Pessoal	1 785 278,15 €	1 667 599,60 €	7,06%

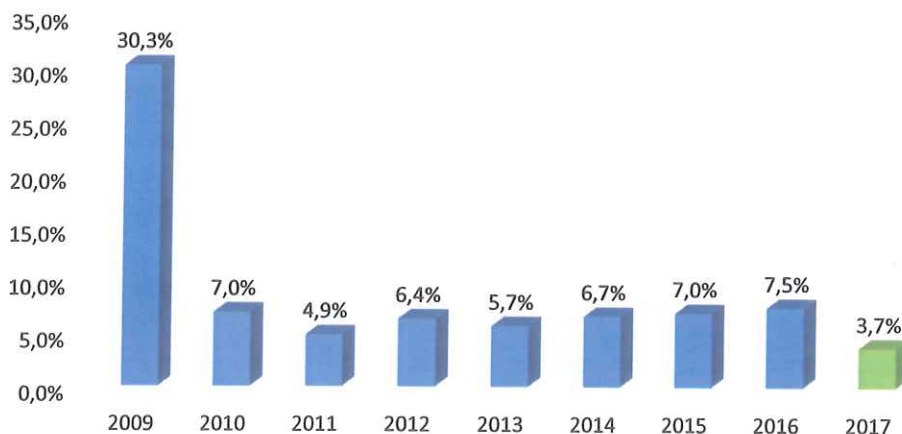
Os Gastos com pessoal aumentaram 7,06%, relativamente ao ano transato. Em 2017 o seu peso relativo em relação ao volume de negócio é de 26,4%.



Handwritten signature

Gastos de depreciação e de amortização

Amortizações/Vol. Negócios 2017



Gastos de depreciação e amortização 2017



Em face da inexistência de investimentos significativos, as amortizações reportam-se aos bens ao serviço da empresa.

Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A empresa Companhia, Lda originou uma perda de 97.404,98€, por via do seu resultado líquido do exercício de 2017. Estes resultados refletem-se diretamente na percentagem da sua participação no capital social, na empresa Santa Catarina.



Outros Gastos e Perdas

Foram registadas perdas no valor de 310.130,22 €, cujos principais itens são referentes a encargos com descontos de letras (133.910,28€), aos juros de mora (41.461,83€), impostos (52.244,72€), descontos de pronto pagamento (16.056,30€), caducidade dos PEC's (9.393,54€), quotizações (3.882,00€), e correções relativas a períodos anteriores (48.595,06€)

Gastos e perdas de financiamento

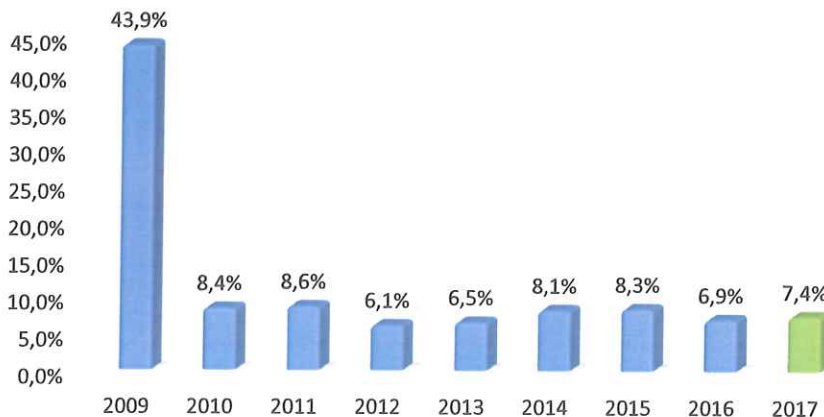
Gastos e perdas de financiamento 2017



Estes valores incluem os juros de mora e outros encargos que não estão nesta mesma rúbrica na Demonstração de Resultados.

O valor gasto nesta rubrica aumentou, em relação a 2016, cerca de 10,20%.

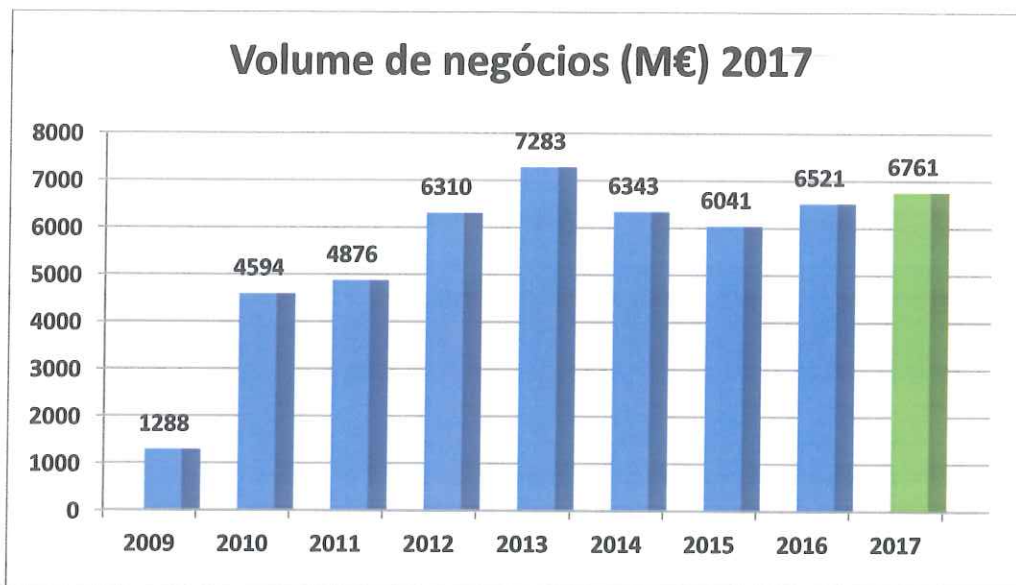
Gastos e perdas de financiamento/Vol. Negócios 2017



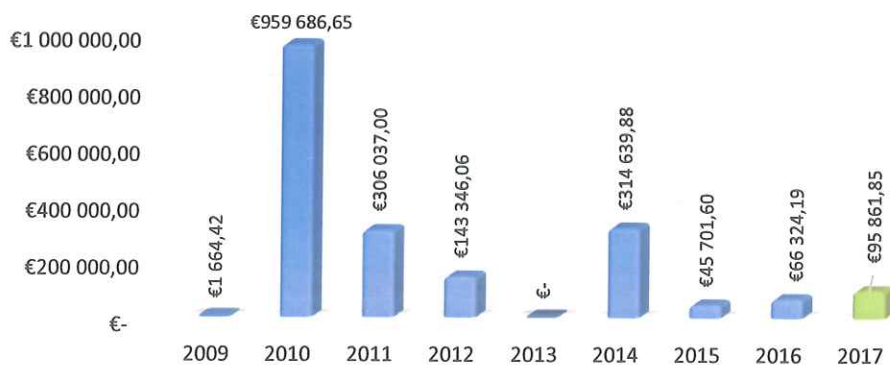


4.2.2 RENDIMENTOS E GANHOS

Vendas



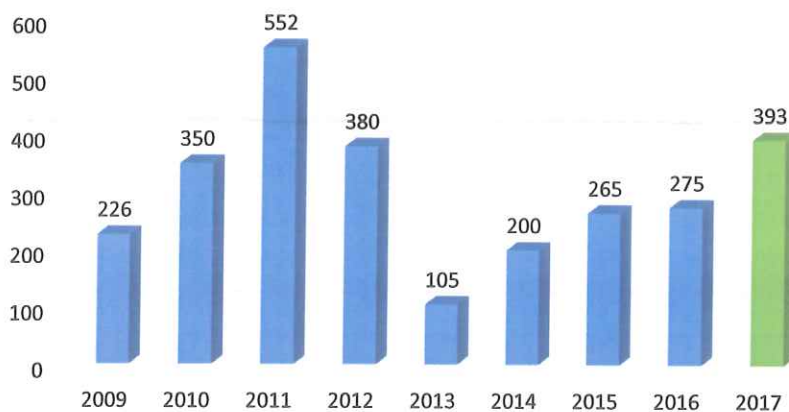
Vendas de mercadorias (Peixe) 2017



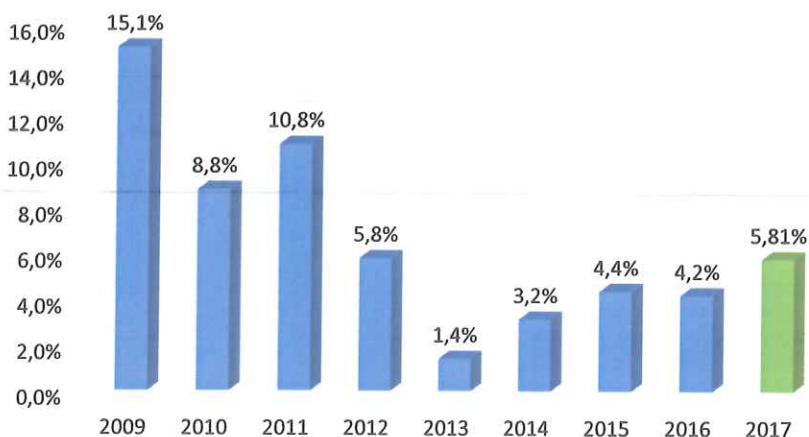
Como demonstra o gráfico, existe uma subida de 3,68% do volume de negócios de conservas em 2017, relativamente ao ano anterior, embora tenham sido vendidas menos de latas de conservas este ano, o que representa um esforço da nossa empresa na valorização da conserva.



Descontos e abatimentos (milhares€) 2017



Desc. e abat./venda conservas 2017



Os descontos e abatimentos aumentaram de 275 para 393 mil euros, em 2017, representando este ano 5,81% do volume de vendas.



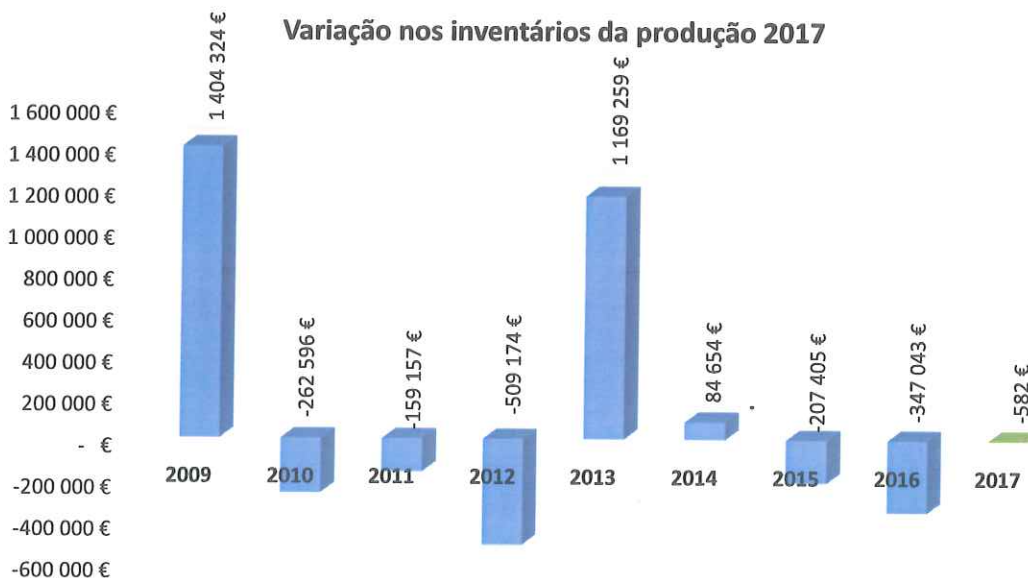
Subsídios à exploração

Poseima 2017



Os subsídios aumentaram 19%, passando de 218.370,00€, em 2016, para 259.696,57€, em 2017.

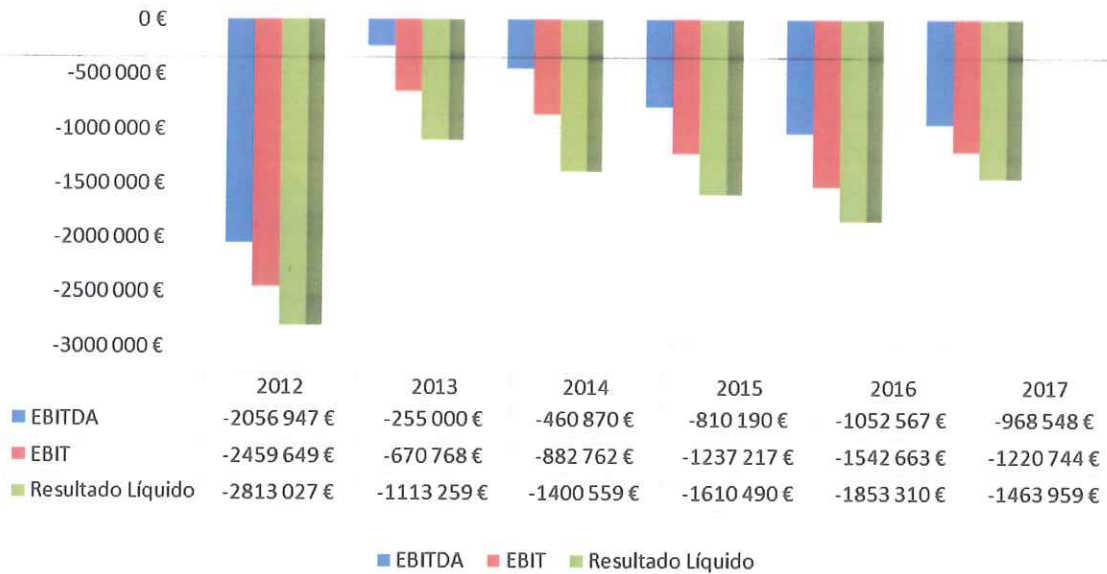
Variação nos inventários da produção





4.2.3 RESULTADOS

Resultados 2017



Os resultados de 2017 uma vez mais foram penalizados pelas perdas na empresa Companhia, no valor de 97.404,98€. Também influenciou o resultado líquido do período, o restante pagamento da consultoria feita em 2014, o aumento dos custos com pessoal em cerca de 117 mil euros e, sobretudo, o grande aumento do custo da mercadoria vendida e matéria consumida, no valor de 730 mil euros.

As amortizações e os juros suportados (575.051,76€), continuam a ter um peso muito elevado no Resultado Líquido do Período.



4.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o artigo n.º 11 dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido de 2017, no montante negativo de – 1.463.958,69 € (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e oito euros, e sessenta e nove cêntimos, negativos) seja levado a resultados transitados.

De acordo com o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, o atual Conselho de Administração informa que metade do capital social se encontra perdido, pelo que a este propósito deverá ser adotada uma das medidas recomendadas nesse artigo, o que é indispensável para assegurar uma situação patrimonial equilibrada da empresa.

O Conselho de Administração tem desencadeado um conjunto ações para se encontrarem soluções de otimização dos resultados operacionais, os quais têm sido manifestamente insuficientes para inverter o ciclo de resultados negativos. Os capitais próprios são negativos em 5.717.710,30 euros em 31 de dezembro de 2017, os quais contemplam 12.870.729,04 euros, sob a forma de prestações acessórias do acionista único e, neste quadro, a capacidade da Santa Catarina operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista continuar disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação dos passivos financeiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos. Até a presente data não é do nosso conhecimento que irá proceder a quaisquer alterações sobre o desenvolvimento da atividade e do seu suporte financeiro.



5. AGRADECIMENTOS

O conselho de administração presta os seus inefáveis agradecimentos:

- A todos os funcionários pelo esforço e dedicação e por continuarem a acreditar na importância do projeto Santa Catarina, não só para a Ilha de São Jorge, como também para toda a Região;
- Às Instituições Financeiras que têm apoiado Santa Catarina, cuja colaboração e acompanhamento têm sido fundamentais, na atual conjuntura económica e financeira;
- A todos os clientes de um modo geral, pela colaboração e fidelização que têm disponibilizado à empresa;
- Aos fornecedores, por toda a compreensão e confiança, ao acreditarem na retoma e recuperação da empresa.

Calheta, 28 de março de 2018

O Conselho de Administração

(Rogério Paulo Lopes Soares Veiros)

(Roberto Nuno Raposo Ferreira)

(Cíntia Ricardo Reis Machado)



[Handwritten signatures]

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Nolas	2017	2016
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	2,386,516.82	2,947,913.96
Ativos Intangíveis	8	323,200.00	363,600.00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	-	-
Outros investimentos financeiros	9	590,123.35	576,859.24
		3,299,840.17	3,888,373.20
Ativo corrente:			
Inventários	10	2,145,788.62	1,771,293.14
Clientes	11	2,283,368.27	2,427,358.19
Estado e outros entes públicos	12	106,754.72	108,708.79
Outros créditos a receber	11	1,079,510.07	839,800.04
Diferimentos	13	3,242.19	2,580.70
Caixa e depósitos bancários	4	126,120.31	132,252.07
		5,744,784.18	5,281,992.93
		9,044,624.35	9,170,366.13
Total do Ativo			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6 e 14	50,000.00	50,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	6 e 14	12,870,729.04	11,920,729.04
Resultados transitados	14	(17,515,858.21)	(16,497,038.46)
Excedentes de revalorização	7 e 14	365,054.20	1,093,170.52
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	8 e 14	(23,676.71)	(95,522.45)
		(4,253,751.68)	(3,528,661.35)
		(1,463,958.69)	(1,853,310.02)
Resultado líquido do período		(1,463,958.69)	(1,853,310.02)
Total do Capital Próprio		(5,717,710.37)	(6,381,971.37)
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Estado e outros entes públicos	12	1,471,093.26	1,301,764.30
Financiamentos obtidos	17	4,456,186.12	4,755,259.41
Passivos por impostos diferidos	15	128,010.48	281,821.16
Provisões	9	1,593,978.14	1,602,031.70
		7,649,268.00	7,940,876.57
Passivo corrente:			
Fornecedores	16	1,440,685.24	1,910,452.01
Estado e outros entes públicos	12	227,691.77	192,485.85
Financiamentos obtidos	17	3,809,512.67	2,932,340.72
Outras dívidas a pagar	16	1,635,177.04	1,087,011.07
Diferimentos	13	-	489,171.28
		7,113,066.72	6,611,460.93
		14,762,334.72	14,552,337.50
Total do Passivo		14,762,334.72	14,552,337.50
Total do Capital Próprio e do Passivo		9,044,624.35	9,170,366.13

Contabilista Certificado

Lúcia Enes

Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A

O Conselho de Administração

Roberto Nunes Raposo Teixeira

Relatório & Contas 2017

Pág. 49

António Ricardo Reis Machado



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	18	6,761,463.22	6,521,300.97
Subsídios à exploração	19	259,696.57	218,370.46
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto	9	(97,404.98)	(86,038.50)
Variação nos inventários da produção	10	(581.61)	(347,043.10)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(5,347,233.38)	(4,617,708.30)
Fornecimentos e serviços externos	20	(878,090.30)	(923,136.99)
Gastos com o pessoal	21	(1,785,278.15)	(1,667,599.60)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	50,000.00	-
Outros rendimentos	22	379,010.52	27,677.27
Outros gastos	23	(310,130.22)	(178,389.08)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(968,548.33)	(1,052,566.87)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(252,195.85)	(490,095.93)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(1,220,744.18)	(1,542,662.80)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	-	-
Juros e gastos similares suportados	24	(322,855.91)	(354,037.28)
Resultado antes de impostos (EBT)		(1,543,600.09)	(1,896,700.08)
Imposto sobre o rendimento do período	25	79,641.40	43,390.06
Resultado líquido do período		(1,463,958.69)	(1,853,310.02)

Contabilista Certificado

Lucia Enes

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]
 Roberto Nunes Raposo Ferreira
 António Ricardo dos Medeiros



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2017 e 2016

Rubricas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
14	50,000.00	10,965,729.04	15,105,170.40	(338,532.20)	336,128.00	1,273,179.78	1,610,490.12	4,484,155.90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação dos resultados			(1,610,490.12)				1,610,490.12	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis			223,568.82		(40,400.00)	(223,568.82)		
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respectivas variações			40,400.00		6,787.20	37,558.56		
Ajustamentos por impostos diferidos			(44,346.76)					
Aplicação do método de equivalência patrimonial				(59,505.45)				(59,505.45)
			(1,390,868.06)	(59,505.45)	(33,612.80)	(186,009.26)	1,610,490.12	(59,505.45)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							1,610,490.12	
RESULTADO INTEGRAL							1,610,490.12	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações		1,015,000.00						1,015,000.00
		1,015,000.00						1,015,000.00
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2016	50,000.00	11,920,729.04	16,487,036.46	(398,037.65)	302,515.20	1,093,170.52	1,653,310.02	5,381,971.37
POSICÃO EM 01-01-2017								
14	50,000.00	11,920,729.04	16,487,036.46	(398,037.65)	302,515.20	1,093,170.52	1,653,310.02	5,381,971.37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação dos resultados			(1,653,310.02)				1,653,310.02	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis			875,139.80		(40,400.00)	(875,139.80)		
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respectivas variações			40,400.00		6,787.20	147,023.48		
Ajustamentos por impostos diferidos			(61,049.53)					
Aplicação do método de equivalência patrimonial				105,458.54				
			(1,018,819.75)	105,458.54	(33,612.80)	(728,116.32)	1,653,310.02	178,219.59
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							1,653,310.02	
RESULTADO INTEGRAL							1,653,310.02	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações		950,000.00						950,000.00
		950,000.00						950,000.00
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2017	50,000.00	12,870,729.04	17,515,692.21	(292,579.11)	268,902.40	365,054.20	1,463,958.69	5,717,710.37

Contabilista Certificado

Luísa Eves

Santa Catarina – Indústria Conservreira, S.A

Relatório & Contas 2017

Pág. 51

O Conselho de Administração

Roberto Nunes Afonso Ferreira
Edna Ricardina Machado



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		7,823,328.08	6,743,786.85
Pagamentos a fornecedores		(7,593,352.37)	(6,290,455.72)
Pagamentos ao pessoal		<u>(1,412,887.82)</u>	<u>(1,410,078.79)</u>
Caixa gerada pelas operações		(1,182,912.11)	(956,747.66)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(10,492.52)	(11,391.98)
Outros recebimentos/pagamentos		128,964.99	663,759.78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>(1,064,439.64)</u>	<u>(304,379.86)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		(93,748.71)	(68,811.84)
<i>Investimentos financeiros</i>		(60,311.00)	(103,549.34)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-	-
<i>Juros e rendimentos similares</i>		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(154,059.71)</u>	<u>(172,361.18)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		1,208,025.93	522,103.91
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		950,000.00	1,015,000.00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(560,267.42)	(794,672.40)
<i>Juros e gastos similares</i>		<u>(315,731.07)</u>	<u>(360,769.59)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>1,282,027.44</u>	<u>381,661.92</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	62,592.22	157,671.34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	126,120.31	62,592.22

Contabilista Certificado

Luísa Enes

O Conselho de Administração

Roberto Nunes Raposo Ferreira
António Ricardo dos Medeiros



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



01 – Introdução

SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, S.A., abreviadamente designada por SANTA CATARINA, constituída a 28 de abril de 1995, tem como objeto a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciado ou não matéria-prima para a sua atividade e, também, a comparticipação, aquisição ou fretamento de embarcações.

Em 20 de janeiro de 2009, a LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. adquiriu 67.534.542 ações representativas de 99,73% do capital social pelo valor de um cêntimo.

Em 29 de abril de 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A., seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, consequentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social.

O capital social da SANTA CATARINA é representado em 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de 1 cêntimo, cada uma.

SANTA CATARINA rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições do Governo Regional relacionadas com a sua atividade.



02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

03 – Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, exceto os adquiridos antes de 2012 que se encontram mensurados pelo custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de



restauração dos respetivos locais de instalação/operação, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos e de acordo com o regime do acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A SANTA CATARINA deprecia os seus ativos de acordo com a melhor estimativa de vida útil para cada bem ou grupo de bens.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	10 - 20
Equipamento de transporte	4 - 18
Equipamento administrativo	4 - 11
Outros activos fixos tangíveis	3 - 20

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo, qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido,



o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



d) Ativos Intangíveis

A SANTA CATARINA reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a SANTA CATARINA e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se à marca "SANTA CATARINA", que está mensurada ao justo valor determinado com base na avaliação de um perito independente realizada em 2013. Até ao ano 2015 as marcas não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. A partir de 2016 são amortizadas à taxa anual de 10%. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela SANTA CATARINA necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos intangíveis são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

Os ativos intangíveis mensurados ao justo são desreconhecidos na alienação ou quando não se espere benefícios económicos futuros.

e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da SANTA CATARINA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade



geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

f) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a SANTA CATARINA exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à SANTA CATARINA do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da empresa subsidiária COMPANHA contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais



próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas subsidiárias, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a SANTA CATARINA incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.

As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

g) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo estimado de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.



As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

h) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a SANTA CATARINA se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de '*factoring sem recurso*', são relevadas nas demonstrações financeiras da SANTA CATARINA até ao momento do seu recebimento.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.



Handwritten signature and initials.

Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Fornecedores

Os saldos de Fornecedores são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.



Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A SANTA CATARINA desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SANTA CATARINA desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

l) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.



j) Periodização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

k) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- o A SANTA CATARINA tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- o A SANTA CATARINA não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- o A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- o Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a SANTA CATARINA; e
- o Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa



ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- o A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- o Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a SANTA CATARINNA;
- o A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- o Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possa ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de mercadorias ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a SANTA CATARINNA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

1) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.



Santa Catarina
S. Jorge - Açores

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a SANTA CATARINA cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à SANTA CATARINA sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

m) Benefícios dos empregados

A SANTA CATARINA reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.



n) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.



p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

q) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.



s) **Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A SANTA CATARINA faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

A SANTA CATARINA avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. A SANTA CATARINA faz uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.



Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da SANTA CATARINA.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Imparidade dos Inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.



Provisões

A SANTA CATARINA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

04 – Fluxos de caixa

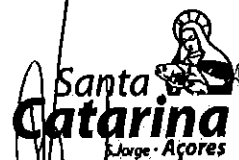
A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A SANTA CATARINA classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se como segue:

	2017	2016
Caixa	1,677.53	3,693.49
Depósitos bancários	124,442.78	128,558.58
	126,120.31	132,252.07
Descobertos bancários		-69,659.85
	<u>126,120.31</u>	<u>62,592.22</u>



05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

Handwritten signatures and initials:
R. F. Silva
O. B. Silva
J. Silva

06 – Partes relacionadas

O capital social da SANTA CATARINA, no montante de 50.000 euros, é representado por 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de um cêntimo, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que correspondem a 100% do capital social (5.000.000 ações).

Em 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A., seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a SANTA CATARINA apresentava os seguintes saldos com acionistas e partes relacionadas:



	2017	2016
Outros ativos financeiros		
Empresa subsidiária - Companhia, Lda	<u>572,612.94</u>	<u>572,612.94</u>
Clientes		
Empresa mãe - Lotaçor SA	0.00	0.00
Empresa subsidiária - Companhia, Lda	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>
Outras contas a receber		
Empresa subsidiária - Companhia, Lda	<u>553,730.24</u>	<u>529,201.60</u>
Fornecedores		
Empresa mãe - Lotaçor SA	26,008.56	-1,280.33
Espada Pescas, Unipessoal, Lda.	<u>0.00</u>	<u>2,000.00</u>
	<u>26,008.56</u>	<u>719.67</u>

Handwritten signatures and initials:
P. F. F.
C. F.
F. F.

Em 2012, a SANTA CATARINA disponibilizou fundos à Companhia, Lda. para assegurar o seu equilíbrio financeiro mínimo, no montante de 572.612,94 euros, que não tem prazo de reembolso definido nem vence juros.

Em 15 de fevereiro de 2013, foi celebrado um acordo financeiro entre a SANTA CATARINA e a Lotaçor, S.A., definindo que os fundos financeiros disponibilizados à SANTA CATARINA, no montante de 9.455.729 euros, tendo em vista a sua viabilidade e reestruturação económico-financeira, poderão ser transformados em capital social ou, alternativamente, serem reembolsados. Não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria e que, não havendo, essa responsabilidade é automaticamente assumida pela Região Autónoma dos Açores.

Este acordo foi alterado em 20 de maio de 2015, onde foi estabelecido um novo plano de reembolso, para os fundos disponibilizados no montante de 10.905.729 euros. Neste acordo, mantêm-se os pressupostos do Acordo Financeiro celebrado em 15 de fevereiro de 2013, em que a Região Autónoma dos Açores assume a quantia vencida sempre que a SANTA CATARINA não tiver capacidade financeira de liquidar a prestação na data de vencimento estipulada e desde que a Lotaçor, S.A. não delibere converter essa dívida em capital social.



Em 20 de março de 2018, foi estabelecido uma segunda alteração ao acordo financeiro celebrado a 15 de fevereiro de 2013, aditado a 20 de maio de 2015, onde se mantém os pressupostos do primeiro acordo de 2013 e estabelece-se um novo plano de reembolso para os fundos disponibilizados, no montante de 12.870.729 euros, contabilizados na rubrica de instrumentos de capital próprio (Nota 14). Neste acordo ficou estabelecido um plano de reembolso correspondente a prestações anuais e iguais de um milhão de euros para os anos de 2019 a 2030 e de 870.729 milhares de euros para o ano de 2031.

Handwritten signatures and initials:
 Rui
 C
 K

07 – Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terreno	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Custo							
Em 1 Janeiro de 2016	198,000.00	2,074,422.01	2,247,819.26	75,082.50	173,958.22	68,996.47	4,838,277.46
Adições		320,000.00	71,255.56		5,356.26		396,611.82
Alienações			-20,959.49				-20,959.49
Em 31 de Dezembro de 2016	198,000.00	2,394,422.01	2,298,115.33	75,082.50	179,314.48	68,996.47	5,213,930.79
Depreciações acumuladas							
Em 1 Janeiro de 2016	0.00	377,524.42	1,234,395.23	34,468.94	134,254.63	56,637.17	1,837,280.39
Adições	0.00	114,658.85	306,419.58	9,854.98	10,621.30	8,141.22	449,695.93
Alienações			-20,959.49				-20,959.49
Em 31 de Dezembro de 2016	0.00	492,183.27	1,519,855.32	44,323.92	144,875.93	64,778.39	2,266,016.83
Valor líquido 2016	198,000.00	1,902,238.74	778,260.01	30,758.58	34,438.55	4,218.08	2,947,913.96
Custo							
Em 1 Janeiro de 2017	198,000.00	2,394,422.01	2,298,115.33	75,082.50	179,314.48	68,996.47	5,213,930.79
Adições		18,650.00	80,479.75		3,146.08	122.88	102,398.71
Alienações			-904,000.00				-904,000.00
Em 31 de Dezembro de 2017	198,000.00	2,413,072.01	1,474,595.08	75,082.50	182,460.56	69,119.35	4,412,329.50
Depreciações acumuladas							
Em 1 Janeiro de 2017	0.00	492,183.27	1,519,855.32	44,323.92	144,875.93	64,778.39	2,266,016.83
Adições	0.00	114,619.77	163,887.64	6,502.35	10,230.78	2,034.48	297,275.02
Alienações			-537,479.17				-537,479.17
Em 31 de Dezembro de 2017	0.00	606,803.04	1,146,263.79	50,826.27	155,106.71	66,812.87	2,025,811.88
Valor líquido 2017	198,000.00	1,806,268.97	328,331.29	24,256.23	27,353.85	2,306.48	2,386,518.82



Os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas, cuja data de eficácia da revalorização foi de 1 de janeiro de 2012 e originou uma variação positiva de 2.314.168 euros creditada diretamente em capital próprio.

Em 18 de julho de 2013, foi celebrado um contrato-promessa de compra e venda de embarcação, que promete a venda da embarcação de pesca "Mestre Afonso", propriedade da SANTA CATARINA, pelo montante de 803.599 euros e, entretanto, em 1 de outubro de 2014, em 2015 e 2016, foram alterados os prazos de pagamento iniciais devido à fraca safra de atum Bonito nos mares dos Açores e Madeira, ficando estabelecido que o pagamento do preço contratual obedecerá aos seguintes termos: 10% a pagar com a assinatura do contrato, 25% em 30 de setembro de 2013, 12,5% em 31 de dezembro de 2014, 12,5% em 15 de dezembro de 2015 e o remanescente de 40% a pagar até à data de assinatura do contrato de compra e venda, que caso ocorra, tem como limite 30 de setembro de 2019, tendo o promitente-comprador de efetuar pagamentos mínimos de 10% no fim de cada ano. Esta moratória de pagamento até ao ano 2019 implica o pagamento de juros de mora sobre os valores em falta.

Em 2017, o Conselho de Administração deliberou fazer o reconhecimento contabilístico da alienação da embarcação "Mestre Afonso", uma vez que não se prevê o não cumprimento do contrato-promessa de compra e venda, que resultou numa mais-valia contabilística, no montante de 351.599 euros, reconhecida na rubrica de Outros rendimentos (Nota 22). Em 31 de dezembro de 2017, o montante recebido a este respeito, foi de 546.282 euros, estando o montante ainda não recebido, no valor de 234.068 euros, registado na rubrica de Outros créditos a receber (Nota 11).

08 – Ativos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis compreendem a marca "SANTA CATARINA", que está mensurada ao justo valor de 404.000 euros, em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SANTA CATARINA.



Até ao ano de 2015, inclusive, as marcas não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. A partir de 2016 são amortizadas à taxa 10%. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.

Handwritten signature

Nos anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos Intangíveis		
Propriedade Industrial	363,600.00	404,000.00
Amortizações acumuladas	40,400.00	40,400.00
Valor líquido	<u>323,200.00</u>	<u>363,600.00</u>

09 – Participações financeiras

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras – método da equivalência resume-se como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Companha - Sociedade Pesqueira, Lda		
Saldo Inicial	0.00	0.00
Efeito da aplicação método da equivalencia patrimonial	-97,404.98	-86,038.50
Outras variações em capitais próprios	105,458.54	-59,505.45
Provisões	-8,053.56	145,543.95
Saldo em 31 de Dezembro	0.00	0.00
Prestações suplementares	572,612.94	572,612.94
Saldo final	<u>572,612.94</u>	<u>572,612.94</u>

De acordo com a política contabilística definida na Nota 3 d) quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas subsidiárias, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a SANTA CATARINA incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas



perdas e, por este facto, foi constituída uma provisão até ao montante dos prejuízos já incorridos até a 31 de dezembro de 2017, cujo saldo apresenta a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials

Ano	Provisão
2012	414,754.12
2013	456,758.58
2014	313,268.49
2015	271,706.56
2016	145,543.95
2017	-8,053.56
	<u>1,593,978.14</u>

A Administração está convicta que, caso ocorra a alienação dos navios pelos preços contratados, não são esperadas eventuais perdas adicionais.

Na Companhia também foi reconhecida a venda das embarcações em 2017, e registada uma menos valia contabilística no valor de 120.109 euros refletida no respetivo resultado líquido.

Os principais indicadores da empresa subsidiária COMPANHIA são abaixo indicados:

	Capital deido	Activos	Passivos	Rédito	Resultado do período
31 de Dezembro de 2016	94%	1,099,700.95	2,231,377.06	0.00	-91,530.32
31 de Dezembro de 2017	94%	208,001.03	1,331,109.52	0.00	-103,622.32

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existiam também os seguintes ativos financeiros que se encontravam registados ao custo, que se indicam:

	2017	2016
Participações financeiras - método do custo		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Açores, C.R.L.	124.70	124.70
Fundo Compensação Trabalho	7,385.71	4,121.60
	<u>7,510.41</u>	<u>4,246.30</u>



10 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nesta rubrica determina-se como segue:

Em 31 de Dezembro de 2017

	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	574,984.26	1,396,308.88	1,971,293.14
Compras	5,672,310.47		5,672,310.47
Variação da produção	-	-581.61	-581.61
Custo da matérias consumidas	-5,347,233.38	-	-5,347,233.38
Saldo final em 31 de Dezembro	900,061.35	1,395,727.27	2,295,788.62
Perdas por imparidade acumuladas	-	-150,000.00	-150,000.00
Inventário final líquido	900,061.35	1,245,727.27	2,145,788.62

Em 31 de Dezembro de 2016

	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	627,663.91	1,743,351.98	2,371,015.89
Compras	4,565,028.65		4,565,028.65
Variação da produção	-	-347,043.10	-347,043.10
Custo da matérias consumidas	-4,617,708.30	-	-4,617,708.30
Saldo final em 31 de Dezembro	574,984.26	1,396,308.88	1,971,293.14
Perdas por imparidade acumuladas	-	-200,000.00	-200,000.00
Inventário final líquido	574,984.26	1,196,308.88	1,771,293.14



A variação nos inventários de produção em 31 de dezembro de 2017 e 2016 resultou de:

	2017	2016
Existências finais	-1,395,727.27	-1,396,308.88
Existências iniciais	1,396,308.88	1,743,351.98
Varição da produção	581.61	347,043.10

11 – Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica classificado no ativo como corrente, resume-se como segue:

	Corrente		Não corrente	
	2017	2016	2017	2016
Clientes				
Empresas subsidiárias e outras partes relacionadas	0.00	0.00	-	-
Outros clientes	2,283,368.27	2,427,358.19	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	391,167.20	391,167.20	-	-
	2,674,535.47	2,818,525.39	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-391,167.20	-391,167.20	-	-
	2,283,368.27	2,427,358.19	-	-
Outros créditos a receber				
Acréscimo de rendimentos:				
Subsídio POSEIMA (Nota 19)	265,925.00	300,000.00	-	-
Outros acréscimos	0.00	0.00	-	-
Companha, Lda	553,730.24	529,201.60	-	-
Alienação embarcação Mestre Afonso (Nota 7)	234,068.14	0.00	-	-
Outros devedores diversos	25,786.69	10,598.44	-	-
	1,079,510.07	839,800.04	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	-	-
	1,079,510.07	839,800.04	-	-

Na rubrica de Acréscimos de rendimentos está registado a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos



suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores (POSEIMA), no montante de 265.925 euros, referente a 2017 (Nota 19).

[Handwritten signatures]

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica Perdas por imparidade teve o seguinte movimento:

	2017	2016
Cientes		
Saldo inicial	391,167.20	391,167.20
Aumentos	0.00	0.00
Utilizações	0.00	0.00
Reversões	0.00	0.00
Saldo Final	<u>391,167.20</u>	<u>391,167.20</u>
Outras contas a receber		
Saldo inicial	0.00	0.00
Aumentos	0.00	0.00
Utilizações	0.00	0.00
Saldo Final	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>

As perdas por imparidade de Clientes e de Outras contas a receber são registadas quando existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.



Handwritten signatures and initials

12 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2017 e 2016 resumem-se como se segue:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Contribuições para a segurança social	0.00	1,471,093.26	0.00	1,301,764.30
Corrente				
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos especiais por conta	43,413.74		43,273.72	
IRC – A Recuperar / pagar	2.02	1,408.13		956.70
Retenção Imposto s/ rendimento				
Trabalho dependente		5,977.00		6,426.00
Rendimentos profissionais		15.30		345.00
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar / pagar	3,338.96		4,435.07	
IVA - reembolsos pedidos	60,000.00		61,000.00	
IVA - liquidações ocosas				60,650.05
Contribuição p/ Seg.Social - normal		69,530.39		123,862.92
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		150,474.72		245.18
FCT e FGCT		286.23		245.18
	<u>106,754.72</u>	<u>227,691.77</u>	<u>108,708.79</u>	<u>192,485.85</u>



Handwritten signatures and initials

	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Plano prestacional 4298	868,660.22	93,280.80	952,213.68	92,236.80
Plano prestacional 182982	100,668.85	10,521.00	108,678.05	10,257.00
Plano prestacional 51403	49,099.99	4,911.96	52,747.41	4,826.52
Plano prestacional 82341	81,052.46	7,998.12	86,995.02	7,794.84
Plano prestacional 125229	94,639.31	8,963.76	101,130.14	8,747.76
Plano prestacional 166030	84,766.30	7,783.08	-	-
Plano prestacional 69280	87,204.08	7,826.76	-	-
Plano prestacional 114766	105,002.05	9,189.24	-	-
Contribuição p/ Seg.Social - normal	0.00	69,530.39	0.00	60,650.05
	<u>1,471,093.26</u>	<u>220,005.11</u>	<u>1,301,764.30</u>	<u>184,512.97</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2017	2016	Ano de reporte
2013	-	9393.54	2017
2014	12,303.66	12303.66	2026
2015	11,268.32	11268.32	2027
2016	10,305.94	10305.94	2028
2017	9,535.82		2029
	<u>43,413.74</u>	<u>43,271.46</u>	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.



A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze anos, estando anualmente limitada a 70% do lucro tributável.

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram em situação de imparidade podem ser decompostos como segue:

Ano de geração	Valor Base	Valor Imposto	Ano de caducidade
2009	2,118,184	355,855	2015
2010	1,155,843	194,182	2014
2011	2,280,304	383,091	2015
2012	2,159,011	362,714	2017
2013	536,812	90,184	2018
2014	948,844	159,406	2026
2015	1,011,054	169,857	2027
2016	1,503,623	252,609	2029
	<u>6,159,344</u>	<u>1,034,770</u>	

Não obstante o valor recuperável dos prejuízos fiscais gerados nos períodos acima indicados, foi entendido mais uma vez pela Administração não reconhecer ativos de impostos diferidos, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos.

Em setembro de 2015 foi aprovado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um novo plano prestacional, no montante de 1.143.053,27 euros, que agrupou os planos prestacionais anteriores. Este plano será reembolsado em 150 prestações mensais, vencendo-se a primeira prestação em setembro de 2015.

Em dezembro de 2015, foi aprovado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um novo plano prestacional, no montante de 103.065,21 euros, que será reembolsado em 150 prestações mensais, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016.



Em abril de 2016, foi aprovado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um novo plano prestacional, no montante de 65.123,34 euros, que será reembolsado em 150 prestações mensais, vencendo-se a primeira em abril de 2016.

Em agosto de 2016, foi aprovado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um novo plano prestacional, no montante de 95.035,53 euros, que será reembolsado em 150 prestações mensais, vencendo-se a primeira em agosto de 2016.

Em dezembro de 2016, foi aprovado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um novo plano prestacional, no montante de 108.396,97 euros, que será reembolsado em 150 prestações mensais, vencendo-se a primeira em dezembro de 2016.

Em abril de 2017, foi aprovado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um novo plano prestacional, no montante de 94.139,00 euros, que será reembolsado em 150 prestações mensais, vencendo-se a primeira em maio de 2017.

Em agosto de 2017, foi aprovado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um novo plano prestacional, no montante de 95.434,09 euros, que será reembolsado em 150 prestações mensais, vencendo-se a primeira em setembro de 2017.

Em dezembro de 2017, foi aprovado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social um novo plano prestacional, no montante de 112.615,55 euros, que será reembolsado em 150 prestações mensais, vencendo-se a primeira em dezembro de 2017.

Os planos prestacionais existentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm como garantia a hipoteca do edifício da Santa Catarina, S.A.



Handwritten signature and initials

13 – Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreende:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos a reconhecer		
Seguros	<u>3,242.19</u>	<u>2,580.70</u>
Rendimentos a reconhecer		
Ativos tangíveis	<u>0.00</u>	<u>489,171.28</u>

Em 2016, o montante registado na rubrica de Rendimentos a reconhecer, compreende os cerca de 60,8% do montante recebido, (35% do preço contratual em 2013, 12,5% recebido em 2014, 12,5% em 2015 e em 2016 o restante) do contrato-promessa de compra e venda da embarcação de pesca "Mestre Afonso". Em 2017 o Conselho de Administração deliberou fazer o reconhecimento contabilístico da alienação da embarcação (Nota 7).

14 – Capital realizado, reservas e resultados acumulados

O capital social da SANTA CATARINA é representado em 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de 1 cêntimo, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas em 100% pela LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

Em 29 de abril de 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A., seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR, S.A. passou a deter a totalidade do capital social.

No ano de 2016 a LOTAÇOR transferiu para a SANTA CATARINA o montante de 1.015.000,00 euros, e em 2017 transferiu 950.000,00 euros, contabilizados em outros instrumentos de capital próprio, passando o saldo devido ao acionista para 12.870.729,04 euros.



As variações ocorridas nas rubricas dos capitais próprios a seguir indicadas nos exercícios de 2017 e 2016 decorreram de:

Handwritten signatures and initials.

Em 31 de Dezembro de 2017

	Saldo Inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldos final
Capital social	50,000.00	-	-	-	50,000.00
Out. instrumentos de capital proprio	11,920,729.04	-	-	950,000.00	12,870,729.04
Resultados transitados	(16,497,038.46)	(1,853,310.02)	-	834,490.27	(17,515,858.21)
Ajustamentos em ativos financeiros	(398,037.65)	-	-	105,458.54	(292,579.11)
Excedentes revalorização:					
Revalorização 2011	1,313,906.88	-	-	(875,139.80)	438,767.08
Impostos diferidos	(220,736.36)	-	-	147,023.48	(73,712.88)
Outras variações no capital proprio:					
Ativos intangíveis - Marca	363,600.00	-	-	(40,400.00)	323,200.00
Impostos diferidos	(61,084.80)	-	-	6,787.20	(54,297.60)
	(3,528,661.35)	(1,853,310.02)	-	1,128,219.69	(4,253,751.68)
Resultado liquido do periodo	(1,853,310.02)	1,853,310.02	(1,463,958.69)	-	(1,463,958.69)
	(5,381,971.37)	-	(1,463,958.69)	1,128,219.69	(5,717,710.37)

Em 31 de Dezembro de 2016

	Saldo Inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldos final
Capital social	50,000.00	-	-	-	50,000.00
Out. instrumentos de capital proprio	10,905,729.04	-	-	1,015,000.00	11,920,729.04
Resultados transitados	(15,106,170.40)	(1,610,490.12)	-	219,622.06	(16,497,038.46)
Ajustamentos em ativos financeiros	(338,532.20)	-	-	(59,505.45)	(398,037.65)
Excedentes revalorização:					
Revalorização 2011	1,537,475.70	-	-	(223,568.82)	1,313,906.88
Impostos diferidos	(258,295.92)	-	-	37,559.56	(220,736.36)
Outras variações no capital proprio:					
Ativos intangíveis - Marca	404,000.00	-	-	(40,400.00)	363,600.00
Impostos diferidos	(67,872.00)	-	-	6,787.20	(61,084.80)
	(2,873,665.78)	(1,610,490.12)	-	955,494.55	(3,528,661.35)
Resultado liquido do periodo	(1,610,490.12)	1,610,490.12	(1,853,310.02)	-	(1,853,310.02)
	(4,484,155.90)	-	(1,853,310.02)	955,494.55	(5,381,971.37)

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para



absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Como explicado na Nota 6, o saldo devido ao acionista de 12.870.729 euros, que corresponde aos fundos diretamente disponibilizados ou transformação de créditos que, no futuro, poderão ser utilizados para cobertura de prejuízos ou aumento de capital social. Como não existem indicações em contrário por parte do acionista, este montante será considerado como integrando as ações de sustentabilidade financeira que terão de ser concretizadas perante o risco de liquidez existente e, por isso, foi reconhecido em capitais próprios.

Em 15 de fevereiro de 2013 foi celebrado um acordo entre a Santa Catarina, S.A. e a Lotaçor, S.A. definindo o reembolso dos apoios financeiros disponibilizados, no montante de 10.905.729 euros, não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria que, não havendo, essa responsabilidade é automaticamente assumida pela Região Autónoma dos Açores que faz parte integrante desse acordo. Este acordo foi alterado em 20 de maio de 2015, onde foi estabelecido um novo plano de reembolso, mantendo-se os pressupostos do Acordo Financeiro celebrado em 15 de fevereiro de 2013, em que a Região Autónoma dos Açores assume a quantia vencida sempre que a SANTA CATARINA não tiver capacidade financeira de liquidar a prestação na data de vencimento estipulada e desde que a Lotaçor, S.A. não delibere converter essa dívida em capital social.

Em 20 de março de 2018, foi estabelecido uma segunda alteração ao acordo financeiro celebrado a 15 de fevereiro de 2013, onde foi estabelecido um novo plano de pagamentos correspondente a prestações anuais conforme se segue:



<u>Prazo</u>	<u>Montante</u>
Até 01-07-2019	1,000,000
Até 01-07-2020	1,000,000
Até 01-07-2021	1,000,000
Até 01-07-2022	1,000,000
Até 01-07-2023	1,000,000
Até 01-07-2024	1,000,000
Até 01-07-2025	1,000,000
Até 01-07-2026	1,000,000
Até 01-07-2027	1,000,000
Até 01-07-2028	1,000,000
Até 01-07-2029	1,000,000
Até 01-07-2030	1,000,000
Até 01-07-2031	870,729
	<u>12,870,729</u>

Handwritten signatures and initials.

Sempre que não houver excedentes de tesouraria anuais, a Região Autónoma dos Açores garante a cobertura das necessidades financeiras do acionista nos prazos acordados pelos intervenientes neste acordo tripartido, sendo certo que esses fundos que foram aplicados inicialmente na recapitalização da empresa manter-se-ão inalteráveis enquanto necessários para o pretendido equilíbrio patrimonial.

Como indicado na Nota 7, os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas determinadas por um avaliador independente que, conforme relatório datado de 25 de janeiro de 2012, determinou, baseado no método comparativo do valor de mercado, que a quantia escriturada desses ativos fosse aumentada em 2.314.168 euros, sendo a data de eficácia dessa revalorização reportada a 1 de janeiro de 2012. Sobre este valor é calculado o respetivo imposto diferido.

Como indicado na Nota 8, em 2013 foi efetuada uma avaliação da marca "SANTA CATARINA" em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SANTA CATARINA, e que resultou numa variação positiva nos capitais próprios, líquida de impostos de 302.515 euros em 2016 e 268.902 euros em 2017, devido à amortização da marca.

De acordo com o n.º 1 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), "resultando das contas de exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo



órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem (...) os administradores requerer prontamente a convocação da assembleia geral "a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes."

Em 31 de dezembro de 2017, os capitais próprios da SANTA CATARINA são negativos no valor de 5.717.710,37 euros, pelo que durante o período de 2018 esta situação terá de ser analisada pela acionista.

Handwritten signature and initials

15 – Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos resume-se como se segue:

	Em 31 de Dezembro de 2017			Saldo final
	Saldos Inicial	Capitais próprios		
		Aumentos	Reversão	
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A. fixos Tang.	220,736.36	-	-147,023.48	73,712.88
Ativos intangíveis - marca	61,084.80	-	-6,787.20	54,297.60
	<u>281,821.16</u>	<u>0.00</u>	<u>-153,810.68</u>	<u>128,010.48</u>



Em 31 de Dezembro de 2016

	Capitais próprios			Saldo final
	Saldos Inicial	Aumentos	Reversão	
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A. fixos Tang.	258,295.92	-	-37,559.56	220,736.36
Ativos intangíveis - marca	67,872.00	-	-6,787.20	61,084.80
	<u>326,167.92</u>	<u>0.00</u>	<u>-44,346.76</u>	<u>281,821.16</u>

Handwritten signatures and initials

16 – Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica classificado no passivo como corrente, decompõe-se como segue:

	Corrente		Não corrente	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores				
Empresa mãe - Lotaçor	0.00	-1,280.33	-	-
Espada Pescas, Unipessoal, Lda.	0.00	2,000.00	-	-
Outros fornecedores	<u>1,440,685.24</u>	<u>1,909,732.34</u>	-	-
	<u>1,440,685.24</u>	<u>1,910,452.01</u>	-	-
Outras contas a pagar				
Pessoal	89,947.49	95,537.12	-	-
Fornecedores de investimento	19,867.70	35,643.02	-	-
Credores por acréscimo de gastos				
Remunerações a liquidar	240,164.99	227,658.79	-	-
Juros a liquidar	24,967.44	21,611.53	-	-
Outros credores	87,600.25	59,668.10	-	-
Cheques pré-datados	1,161,639.87	645,546.21	-	-
Outras contas a pagar	10,989.30	1,346.30	-	-
	<u>1,635,177.04</u>	<u>1,087,011.07</u>	-	-

Na rubrica Outras contas a pagar estão incluídos os cheques pré-datados entregues aos fornecedores, no montante de 1.161.639,87 euros (em 2016, 645.546,21 euros).



17- Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

	2017	2016
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	4,169,462.97	4,420,458.86
Locação financeira	286,735.08	297,847.04
	<u>4,456,198.05</u>	<u>4,718,305.90</u>
Correntes		
Contas Correntes Caucionadas	457,500.00	297,500.00
Empréstimos Bancários de curto prazo	2,841,090.79	2,263,204.31
Empréstimos Bancários de longo prazo	330,695.45	319,519.92
Locação financeira	180,214.50	19,410.15
Descobertos Bancários DO	0.00	69,659.85
	<u>3,809,500.74</u>	<u>2,969,294.23</u>
	<u>8,265,698.79</u>	<u>7,687,600.13</u>

O saldo mostrado como não corrente vence-se nos seguintes anos:

Anos	2017	2016
2018		668,561
2019	739,992	668,848
2020	740,286	669,142
2021 e seguintes	2,975,921	2,711,754
	<u>4,456,198</u>	<u>4,718,306</u>

Os empréstimos bancários existentes em 31 de dezembro de 2017 foram concedidos nas seguintes condições:

- (i) A 5 de abril de 2010, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 1.900.000 euros, que vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses com um *spread* atual de 4%, pelo prazo de 14 anos, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2012. Contrato avalizado pela acionista Lotaçor, S.A.



- (ii) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 3.438.000 euros, que vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses com um *spread* atual de 3,75%, pelo prazo de 156 meses (13 anos), reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2013. Contrato avalizado pela acionista Lotaçor, S.A.
- (iii) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento em conta corrente com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante até 500.000 euros, que se encontrava utilizada em 457.500 euros, e que vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses com um *spread* de 5%, pelo prazo de 6 meses renovável por iguais períodos sucessivos. Contrato avalizado pela acionista Lotaçor, S.A.
- (iv) A 14 de março de 2012 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de cessão de créditos continuados com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 500.000 euros (com variação possível de 10% sobre o montante solicitado), reembolsáveis após 180 dias da data do adiantamento, vencendo juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de um *spread* atual de 4,95%. Contrato avalizado pela acionista Lotaçor, SA e carta conforto do GRA.
- (v) A 14 de março de 2012 foi celebrado com Banco Comercial Português um contrato de factoring com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com uma percentagem de adiantamento de 70% sobre o valor da fatura e com um limite de adiantamento de 400.000 euros, e que se encontrava utilizado em 117.411,88 euros, vencendo juros mensais à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um *spread* de 4,95%. Este contrato encontra-se garantido por uma livrança subscrita pela SANTA CATARINA e avalizada pela Lotaçor, S.A.
- (vi) Em 6 de dezembro de 2013 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de apoio à tesouraria, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com o limite de 700.000 euros. Em 14 de maio de 2015 o limite máximo passou para 1.000.000 euros, vencendo juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de *spread* de 4,95%. Contrato avalizado pela Lotaçor e carta conforto do GRA.



- (vii) Em 6 de dezembro de 2013 foi celebrado com a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo um contrato de facilidade de descoberto, pelo prazo de 182 dias, renovável por iguais períodos, com o limite máximo de 500.000 euros. Em 8 de setembro de 2014 o limite máximo passou para 750.000 euros, que se encontrava utilizado em 721.636 euros, vencendo juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* 4,5%. Contrato avalizado pela Lotaçor e carta conforto da Região Autónoma dos Açores.
- (viii) Em março de 2014 foi celebrado com o Novo Banco um contrato de locação financeira, pelo prazo de 48 meses, no montante de 48.000 euros, reembolsável em 48 rendas, vencendo-se a primeira em abril de 2014, no montante de 12.000 euros, e as restantes de 865 euros cada. Os juros são calculados à taxa Euribor 1 mês, acrescida de um *spread* de 6%. Contrato garantido por uma livrança subscrita pela SANTA CATARINA e avalizado pela Lotaçor.
- (ix) A 5 de setembro de 2015 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de financiamento de curto prazo, no montante de 375.000 euros, pelo prazo de 6 meses, vencendo juros à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de um *spread* de 7,5%. Em 25 de fevereiro de 2016 foi acordado alterar parcialmente o plano de reembolso, passando o reembolso do capital em dívida, de 281.250 euros, a ser efetuado em 9 prestações trimestrais, vencendo-se a primeira em 7 de março de 2016, no valor de 37.500 euros, da segunda à oitava prestação de capital nos trimestres seguintes, e no valor de 30.468 euros, e a última prestação com vencimento para 7 de março de 2018, no valor de 30.474 euros. Contrato avalizado pela acionista Lotaçor, SA.
- (x) Em novembro de 2015 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores, pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 1.000.000 euros, reembolsáveis após 90 dias da data do adiantamento, vencendo juros à taxa Euribor a 12 meses, acrescida de um *spread* de 3,5%. Início da utilização em janeiro de 2016. Contrato garantido por uma livrança subscrita pela SANTA CATARINA e avalizado pela Lotaçor, e carta conforto do GRA.



(xi) Em janeiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira imobiliária, pelo prazo de 240 meses, no montante de 320.000 euros, reembolsável em 240 rendas, no montante de 1.547,58 euros cada, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016. Os juros são calculados à taxa Euribor 12 meses, acrescida de um *spread* de 2,5%. Contrato garantido por uma livrança subscrita pela SANTA CATARINA e avalizado pela Lotaçor.

(xii) Em fevereiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira, pelo prazo de 36 meses, no montante de 10.500 euros, reembolsável em 36 rendas, vencendo-se a primeira em março de 2016, no montante de 1.271,19 euros, e as restantes de 271,12 euros cada. Os juros são calculados à taxa Euribor 12 meses, acrescida de um *spread* de 3,25%. Contrato garantido por uma livrança subscrita pela SANTA CATARINA e avalizado pela Lotaçor.

(xiii) Em setembro de 2017 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de locação financeira, pelo prazo de 48 meses, no montante de 62.800 euros, reembolsável em 48 rendas, no montante de 1.375,54 euros cada, vencendo-se a primeira em setembro de 2017. Os juros são calculados à taxa Euribor 6 meses, acrescida de um *spread* de 3,5%. Contrato garantido por uma livrança subscrita pela SANTA CATARINA e avalizado pela Lotaçor.

(xiv) A 3 de novembro de 2017 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de financiamento de curto prazo, no montante de 200.000 euros, pelo prazo de 11 meses, vencendo juros à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de um *spread* de 3,5%. Os juros são pagos mensalmente e o capital é liquidado no fim do prazo. Contrato garantido por uma livrança subscrita pela SANTA CATARINA e avalizado pela Lotaçor.



18 – Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Vendas e serviços prestados tinha a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas		
Mercadorias	95,861.85	66,324.19
Produtos acabados e intermédios	6,564,782.81	6,364,229.36
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	<u>84,579.65</u>	<u>78,913.64</u>
	6,745,224.31	6,509,467.19
Prestações Serviços	<u>16,238.91</u>	<u>11,833.78</u>
	<u>6,761,463.22</u>	<u>6,521,300.97</u>

19 – Subsídios à exploração

A rubrica de Subsídios à exploração em 2017 e 2016 detalha-se como se segue:

	Subsídios à exploração	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subsídios à exploração		
Estado e outros entes públicos	<u>259,696.57</u>	<u>218,370.46</u>

Esta rubrica compreende predominantemente a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, ao abrigo da Portaria n.º 84/2017, que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores – POSEIMA – PESCAS (Nota 11).



20 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:

	2017	2016
Trabalhos especializados	144,472.94	158,224.64
Publicidade e propaganda	9,086.24	10,308.24
Vigilância e segurança	120.00	3,407.85
Honorários	3,565.11	3,374.32
Comissões	51,299.59	53,471.17
Conservação e reparação	22,918.47	52,268.23
Serviços bancários	78,490.41	52,019.41
Outros	26,694.79	21,432.47
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	25,633.16	20,315.33
Material escritório	3,314.39	4,123.45
Material laboratório	8,187.19	8,887.59
Electricidade	80,992.31	84,389.10
Combustíveis	8,582.32	7,354.44
Água	33,014.49	28,767.06
Outros	2,872.49	1,722.50
Deslocações e estadas	30,903.51	41,525.48
Transportes de pessoal	51,584.33	51,355.18
Transportes de mercadorias	241,015.06	253,220.11
Rendas e alugueres	2,892.24	3,030.67
Comunicação	11,513.27	10,745.01
Seguros	13,817.53	23,641.49
Contencioso e notariado	1,927.99	1,810.06
Despesas de representação	2,945.49	1,647.37
Limpeza, higiene e conforto	18,123.25	18,972.11
Outros fornecimentos e serviços	4,123.73	7,123.71
	<u>878,090.30</u>	<u>923,136.99</u>



21 – Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	115,901.31	101,530.57
Remunerações do pessoal	1,289,848.73	1,218,516.92
Indemnizações	10,868.66	7,535.56
Encargos sobre Remunerações	314,362.03	292,560.95
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	30,274.07	28,377.21
Outros gastos com Pessoal	24,023.35	19,078.39
	<u>1,785,278.15</u>	<u>1,667,599.60</u>

O número médio de pessoas ao serviço da SANTA CATARINA durante os exercícios de 2017 e 2016 foi de 141 e 136, respetivamente.

22 – Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Outros rendimentos resume-se como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos suplementares	8,940.02	10,225.98
Descontos de pronto pagamento obtidos	18.73	57.75
Ganhos na alienação de ativos tangíveis (Nota 7)	351,599.36	0.00
Correções relativas a períodos anteriores	430.08	17,008.72
Juros de depósitos bancários	10.12	11.30
Outros não especificados	18,012.21	373.52
	<u>379,010.52</u>	<u>27,677.27</u>



23 – Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros gastos resume-se como se segue:

	2017	2016
Impostos	52,244.72	42,872.54
Descontos de pronto pagamento concedidos	16,056.30	14,977.22
Dividas incobráveis	2,105.69	0.00
Correções relativas a períodos anteriores	48,595.06	0.00
Quotizações	3,882.00	4,512.00
Insuficiência da estimativa para impostos	2.26	0.00
Diferenças de cambio desfavoráveis	1,214.87	0.00
Multas e penalidades	0.00	633.39
Caducidade do PEC	9,393.54	14,186.84
Encargos com descontos	133,910.28	51,058.53
Juros de mora e compensatórios	41,461.83	46,988.83
Outros não especificados	1,263.67	3,159.73
	<u>310,130.22</u>	<u>178,389.08</u>

Na rubrica Juros de mora e compensatórios estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social (Nota 12).

24 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	310,893.38	341,697.83
Juros de locação financeira	11,962.53	12,339.45
	<u>322,855.91</u>	<u>354,037.28</u>



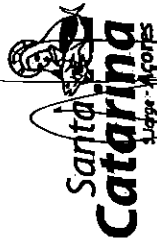
25 – Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 existia um processo judicial contra a SANTA CATARINA, relacionado com um pedido de indemnização de um apoio financeiro atribuído em 2008, no montante aproximado de 560.000 euros, acrescidos os respetivos juros de mora. O Conselho de Administração está convicto de que de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para a SANTA CATARINA.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

8. ORGÃOS SOCIAIS



R. Pinto

8.1 COMPOSIÇÃO E MANDATOS

Comitê			
Órgão Social			
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha	17-mai-16	2016-2018
Vice-Presidente	António Neves Lopes Gomes	17-mai-16	2016-2018
Secretário	Leonardo Miguel Arruda Araújo da Costa Ponte	17-mai-16	2016-2018
Conselho de Administração			
Presidente	Rogério Paulo Lopes Soares Veiros	17-mai-16	2016-2018
Vogal Executivo	Roberto Nuno Raposo Ferreira	17-mai-16	2016-2018
Vogal Não Executivo	Cintia Ricardo Reis Machado	17-mai-16	2016-2018
Fiscal Único			
Efetivo	UHY & ASSOCIADOS - SROC, Lda. (nº164) Representada por Manuel Luis Fernandes Branco	17-mai-16	2016-2018
Suplente	António Tavares da Costa Oliveira. (nº 656)	17-mai-16	2016-2018

8.2 REMUNERAÇÕES

Administradores	Período em funções, 2017	Regime Previd.	Diário	Mensal		Anual						
				Vencimento Base	Despesas Represent.	Vencim Base	Despesas Represent.	Subs. Férias	Férias não gozadas	Subs. Natal	Subs. Alim	Total
Presidente do Conselho de Administração Vogal	1 jan a 31 dez	Segurança Social	4,27 €	3.648,00 €	1.094,40 €	48.776,00 €	18.152,80 €	3.648,00 €	0,00 €	3.648,00 €	335,13 €	63.169,93 €
Executivo do Conselho de Administração Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	1 jan a 31 dez	Segurança Social	4,27 €	3.283,20 €	820,80 €	39.698,40 €	3.648,60 €	3.283,20 €	0,00 €	3.283,20 €	347,94 €	56.762,84 €
Executivo do Conselho de Administração	1 jan a 31 dez	x	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota: Os valores não demonstram as reduções remuneratórias.



8.3 CURRICULUM VITAE

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Informação Pessoal

Gestor, Nascido em 11 de Janeiro de 1973,

Percurso profissional:

Santa Catarina - Industria Conserveira, SA (1995/2001):

- Reativação da fábrica de conservas de peixe, na Ilha de São Jorge (1995);
- Criação, lançamento, registo e internacionalização da Marca Santa Catarina (1995);
- Construção da nova fabrica, na ilha de São Jorge no período de um ano (2000);
- Preparação e condução da empresa para sua privatização (2003);

Companha – Sociedade Pesqueira, Lda (1999/2001):

- Criação e fundação da empresa;
- Reativação da pesca do atum na ilha de São Jorge
- Construção do atuneiro "Mestre Afonso";
- Preparação e condução da empresa para a sua privatização total (2001);

Africauto - Comércio e Reparação de Automóveis, Lda (1995/2013):

- Recuperação da empresa familiar em situação difícil, com reestruturação de todas áreas (1996);

Governo dos Açores – Serviço Regional de Saúde (2001/2004)

- Vogal do Conselho de Administração do Centro de Saúde da Calheta, unidade de saúde com prestação de cuidados saúde primários, SAP e Internamento e consulta de especialidade;

Santa Catarina SA– (2015)

- Presidente do Conselho de Administração da empresa Santa Catarina Industria Conserveira, SA ;

Dirigente associativo/participação cívica e social:

Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2004/2008);
 - Relator da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;
 - Participação em debates, parlamentares, radio e televisão sobre assuntos diversos, nomeadamente na área da saúde e políticas de coesão;



- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2008/2012);
 - Membro da Comissão de Economia;
 - Membro da Comissão de Assuntos Sociais;
 - Membro da Comissão de Inquérito ao Serviço Regional de Saúde;
 - Membro do Grupo que realizou relatório sobre o Sector Agrícola nos Açores;
 - Membro do Grupo que realizou relatório sobre o Sector das Pescas nos Açores;
 - Participação em debates, parlamentares, radio e televisão sobre assuntos diversos, nomeadamente na área da saúde e políticas de coesão;

- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2012)
 - Membro da Comissão de Economia;
 - Membro da Comissão de Inquérito ao Grupo Sata
 - Membro do Grupo de trabalho que realiza estudo do sector cooperativo regional;
 - Membro do Grupo de trabalho para o estudo do impacto do fim das quotas leiteiras;

Autarca:

- Membro da Assembleia de Freguesia da Calheta, eleito pelo Partido Socialista (1997/2001);
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2001/2004)
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2004/2008)
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2008/2009)

Dirigente Partidário:

- Membro de diferentes órgãos do PS- Açores, nomeadamente do Secretariado Regional, Comissão Regional;

Outras Participações:

- Membro da Direção da Associação de Bombeiros Voluntários da Calheta (2000/2015);
- Membro da Direção do Futebol Clube Calheta (2003/2005);
- Presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Calheta (2003/2015);
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Estimulo (2011/2015);
- Socio fundador da Associação Amigo do Animal da Ilha de São Jorge (2007);
- Apoio e implementação de projetos diversos na área empresarial no SIRALA, SIDET, IFOP;



Formação académica/profissional:

Formação Académica:

- Ensino básico na Escola Padre Manuel Azevedo da Cunha, Calheta de São Jorge (1981/1990);
- Ensino Secundário na Escola Secundária Domingos Rebelo, Ponta Delgada, São Miguel (1990/1992);
- Curso de Nível III de Gestão de PME e Cooperativas na UGTESC, (1992/1994);
- Frequentou o Curso de Gestão de Empresas da Universidade dos Açores (1994/95 e 2010/2011);

Formação Profissional:

Participação em formações ou ações diversas, entre outras:

- Formação Jurídica na área dos concursos de aquisição de bens e serviços;
- Formação em Liderança;
- Formação de controlo e aplicação de HACCP;
- Formação em Orientação para Cliente;
- Formação em AS-Win e implementação deste sistema informático;



Roberto Nuno Raposo Ferreira

Informação Pessoal

Nome Completo: Roberto Nuno Raposo Ferreira

Data de Nascimento: 9 de fevereiro de 1976

Sexo: Masculino

Estado Civil: Solteiro

Naturalidade: São José

Nacionalidade: Portuguesa

Carta de Condução: Categorias A1, A e B

CAP N.º EDF 1137/99 DRJEFP 29/06/1999

Carteira Profissional TOC N.º 51245

Formação académica

Data: 2011/2013

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores

Certificado ou diploma atribuído: Diploma de Estudos Especializados em Ciências Económicas e Empresariais - Especialidade de Marketing - Parte curricular do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais concluída, faltando a dissertação para obtenção do grau de Mestre.

Principais disciplinas/competências: Marketing de Serviços, Métodos Quantitativos, Comportamento Organizacional, Gestão Estratégica, Estudos de Mercado, Complementos de Marketing, Controlo de Gestão, Marketing Internacional.

Classificação obtida: 17 Valores

Data: 6 de fevereiro a 3 de julho de 2004

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores em parceria com o Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Lisboa.

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho

Classificação obtida: Conclusão com aproveitamento



Principais disciplinas/competências: O Código do Direito do Trabalho

Data: Outubro de 1994 a junho de 1998

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores

Certificado ou diploma atribuído: Licenciatura em Gestão de Empresas, área de Marketing

Principais disciplinas/competências: Contabilidade, Gestão, Economia, Econometria, Sociologia, Estatística, Marketing, Finanças, Recursos Humanos, Matemática. Colaboração com o Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores na realização de um estudo sobre a produção industrial açoriana e suas limitações à exportação em 1998.

Classificação obtida: 14 Valores

Experiência profissional

Data: 25 de março de 2013 até ao presente

Função ou cargo ocupado: Administrador Executivo - Vogal do Conselho de Administração

Principais atividades e responsabilidades: Administração executiva da empresa em todas as suas áreas.

Nome e morada do empregador: Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.

Rua do Roque, 9 | 9850 - 079 Calheta

Data: 1 de dezembro de 2007 a 6 de fevereiro de 2012

Função ou cargo ocupado: Diretor de Marketing e Comunicação do Grupo Marques

Principais atividades e responsabilidades: Análise dos diversos mercados do Grupo, internos e externos, funcionado como apoio a Diretores e Administradores, fornecendo-lhes dados consistentes que auxiliem na tomada de decisões estratégicas. Execução do Plano e Orçamento de Marketing, coordenação da equipa do Observatório de Marketing, da equipa do design criativo e das Relações Públicas.

Nome e morada do empregador: Marques, SGPS, S.A. | Construção, Distribuição e Saúde

Rua Joaquim Marques, 34, Rabo de Peixe, 9600-049 Ribeira Grande



Data: 9 de fevereiro de 1998 a 31 de novembro de 2007

Função ou cargo ocupado: Diretor de Marketing do Grupo Caetano & Mont'Alverne

Principais atividades e responsabilidades: Execução do Plano e Orçamento de Marketing, coordenação do Plano Promocional, interligação da empresa com a Central de Compras Uni.Mark e Uniarme, coordenação da imagem global do Grupo e de todas as campanhas publicitárias. Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, de 2000 a 2004, nomeadamente pela coordenação do processamento de salários, contratos de trabalho, recrutamento e seleção de candidatas, avaliação do desempenho, e coordenação da formação.

Nome e morada do empregador: Caetano & Mont'Alverne, SGPS, S.A.

Rua de São Gonçalo, 223, 9500 —343 Ponta Delgada

Data: 1997 a 1999

Função ou cargo ocupado: Análises económicas e financeiras de empresas e candidatura de projetos de investimento aos diversos sistemas de incentivos da Região.

Principais atividades e responsabilidades: Consultoria em análise de projetos de investimentos

Nome e morada do empregador: Formar & Aconselhar, Lda | Consultoria e Formação

Ponta Delgada

Data: Outubro 2012 a março de 2013

Função ou cargo ocupado: Formador na área de Marketing - UFCD's de Marketing Mix de Serviços e Inovação em Serviços do Curso Reactivar.

Nome e morada do empregador: Escola Profissional da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Data: Desde outubro de 2012

Função ou cargo ocupado: Formador na área Comercial/Marketing - Atendimento a Clientes, Atendimento ao Público e Gestão de Reclamações e Conflitos.

Nome e morada do empregador: Competir - Formação e Serviços, Lda

Data: Desde abril de 2011

Função ou cargo ocupado: Formador na área Comercial/Marketing - Técnicas de Venda e Merchandising e Técnicas de Negociação Comercial.

Nome e morada do empregador: Norma Açores, S.A.



Formação profissional

Data: 28 de outubro a 8 de novembro de 2010

Instituição de ensino ou formação: Competir - Formação e serviços, Lda

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Corel Draw - Editor de Imagem

Data: 13 de setembro e 18 de outubro de 2010

Instituição de ensino ou formação: Competir - Formação e serviços, Lda

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Formação Pedagógica de Formadores; duração de 90 horas.

Data: 21 de maio de 2009

Instituição de ensino ou formação: Global Estratégias

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Formação Profissional "Congresso de Marketing Direto"; duração de 7 horas.

Data: 17 de abril de 2008

Instituição de ensino ou formação: Primavera Academy

Certificado ou diploma atribuído: Seminário Executivo sobre "Marketing Inovador" por Valverde Cota.

Data: 20 de junho de 2006

Instituição de ensino ou formação: Neves de Almeida, Lda

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Atendimento e Vendas"; duração de 8 horas.

Data: 2 a 5 de maio de 2006

Instituição de ensino ou formação: Richard Bordone

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Merchandising"; duração de 28 horas.

Data: 21 de outubro a 8 de novembro de 2002

Instituição de ensino ou formação: CMS



Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Gestão da Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho"; duração de 30 horas.

Data: 28 de maio a 1 de junho de 2001

Instituição de ensino ou formação: Associação dos Jovens Empresários dos Açores

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação: "Internet e Comércio Eletrónico", 15 horas.

Data: 30 a 31 de outubro de 2000

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Atendimento Personalizado"; duração de 8 horas.

Data: 19 a 20 de Novembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: IMC - Instituto Mercado de Capitais

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Análise Financeira de Empresas"

Data: 2 a 5 de novembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Merchandising - Promoção no Ponto de Venda" - duração de 20 horas.

Data: 20 a 29 de outubro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Informática-Atualização"; duração de 24 horas.

Data: 20 a 24 de setembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Manpower Açores

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação: "Condução de Reuniões"; duração de 15 horas.



Data: 7 a 21 de junho de 1999

Instituição de ensino ou formação: Raiz Quadrada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Liderança e Motivação de Equipas"; duração de 30 horas.

Data: 15 a 19 de março de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Atendimento de Qualidade"; duração 20 horas.

Data: 6 de janeiro a 23 de fevereiro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Manpower Açores

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Formação Pedagógica de Formadores, homologado pela Direção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, com a duração de 90 horas.

CAP N.º EDF 1137/99 DRJEFP 29/06/1999

Data: 16 a 20 de fevereiro de 1998

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação "Técnicas de Atendimento"; duração 20 horas.

Domínio de Línguas Estrangeiras

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Inglês: Compreensão Oral - C1; Leitura - B2; Interação Oral - B1; Produção Oral - B2; Escrita - B2

Francês: Compreensão Oral - B1; Leitura - B1; Interação Oral - A2; Produção Oral - A2; Escrita - B2



Aptidões e Competências

Sociais

Presidente da Direção do Grupo Folclórico Ilha Verde da Escola Domingos Rebelo de Ponta Delgada, com experiência na realização de diversos eventos culturais durante 3 mandatos de 2 anos.

Presidente do Conselho Fiscal do Clube Columbófilo de São Miguel de 2000 a 2002.

Membro do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Organização

Organização de Intercâmbios Culturais entre Ranchos Folclóricos e Coordenação da Organização da Gala Internacional de Folclore de Ponta Delgada, enquanto presidente do Grupo Folclórico Ilha Verde, com a organização da receção de muitos Ranchos Internacionais em São Miguel.

Organização de várias «ExpoAves» em São Miguel, como membro da Associação de Avicultores de São Miguel. Organização de Feiras, Seminários Conferências, Festas de Aniversário, Inaugurações, Apresentações e outros eventos, enquanto Diretor de Marketing e Comunicação.

Técnicas

Monitor de cursos de instrumentos de corda da Casa de cultura de Ponta Delgada de 1995 a 1999.

Assessor de Networking de 1995 a 1997.

Praticante de Vela durante 3 anos.

Informáticas

Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador, tanto em ambiente Windows como em software de gestão Pirâmide. Domínio de programas como Word, Excel, PowerPoint, Internet, SPSS, Corel Draw e Photoshop.

Artísticas

Executante de instrumentos de cordas, como a Viola da Terra Micaelense e a Guitarra Clássica.

Tocador de Viola da Terra no Grupo Folclórico Ilha Verde.



Cíntia Ricardo Reis Machado

Nasceu a 28 de março de 1976 na Freguesia de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria. É casada e tem dois filhos.

Formação Académica e Atividade Profissional:

Concluiu a Licenciatura em Gestão de Empresas em julho de 1998, na Universidade dos Açores, com a classificação final de 14 valores.

De 15 de abril de 1998 até 31 de janeiro de 2008, foi funcionária do Banco Comercial dos Açores (atual Banif), na Direção de Gestão Global de Risco.

Das principais funções exercidas nesta Instituição Financeira, destacam-se:

- análise de projetos de investimento;
- análise de propostas de crédito de particulares de empresas;
- emissão de pareceres sobre operações de crédito;
- participação permanente na Comissão Conjunta de Crédito e no Conselho Superior de Crédito, funções exercidas de 1999 até 2008, cujas competências eram análise e decisão de propostas de crédito de empresas e particulares, bem como emissão de pareceres de operações decididas ao nível da Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- acompanhamento dos projetos ao abrigo do RIME, PROCOM, SIRAPA, SIRALA, Protocolo da Pesca Artesanal, Protocolo do BCA Agricultura;
- participação em diversos grupos de trabalho no Grupo Banif, no âmbito da implementação de Basileia II e das Imparidades e respetivo acompanhamento;
- aquando da centralização da Direção de Risco do BCA no Banif, passou a realizar a coordenação da equipa da direção de risco localizada em S. Miguel, com respetivo reporte a Lisboa.

De 1 de fevereiro de 2008 até 12 de outubro de 2010, exerceu as funções de Diretora-geral Financeira do Grupo Marques, composto por cerca de 14 empresas nas áreas da construção civil, comércio de materiais de construção, distribuição alimentar e saúde, cujos funcionários diretos eram mais de 1.500.



Das principais funções exercidas neste Grupo, destacam-se:

- supervisão das atividades de tesouraria e de gestão de crédito no Grupo tendo em atenção os fatores associados de risco e liquidez, incluindo pagamentos, recebimentos, controlo de contas bancárias, financiamentos bancários, linhas de crédito e todas as atividades relacionadas;
- assegurar as relações com as Instituições Financeiras e Seguradoras que trabalham com o Grupo;
- supervisão e coordenação do reporting do Grupo fornecido aos parceiros sociais da empresa.
- elaboração dos planos e orçamentos financeiros anuais em todo o Grupo;
- acompanhamento da elaboração dos orçamentos financeiros mensais em todo o Grupo;
- liderar a gestão e implementação das políticas e dos objetivos financeiros do Grupo assegurando o melhor equilíbrio da sua estrutura de capital.

De 12 de outubro de 2010 a 30 de abril de 2014, exerceu as funções de Vogal Executiva do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA.

Desde 16 de setembro de 2011, exerce as funções de Vogal Não Executiva do Conselho de Administração de Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.

Desde 30 de abril de 2014, exerce as funções de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA.

Outras Formações:

- Normas Internacionais de Contabilidade – OTOC - 2 de outubro de 2008
- Orçamento de Estado para 2009; Encerramento de Contas de 2008 – OTOC – 26 de janeiro de 2009
- Estrutura Conceptual (SNC) e os Novos Modelos de Relato Financeiro; Fiscalidade em Função dos Documentos – OTOC – 6 de julho de 2009
- Sistema de Normalização Contabilística – Exemplos Práticos – OTOC – 28 de setembro de 2009
- Curso de Formação Profissional “Novo Modelo de Normalização Contabilística” – AEP/CCIPD - 35 horas - De 7 a 11 de novembro de 2009 - Classificação Final: Apto



- Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC – 18 de novembro de 2009
- Orçamento de Estado 2012; Encerramento de Contas de 2011 – OTOC – 30 de janeiro de 2012
- Desafios Fiscais 2012 – UHY & Associados, SROC, L.DA – 16 de fevereiro de 2012
- Diversas formações realizadas no Instituto de Formação Bancária e na Global Estratégias

Informação Adicional

- Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1998, com o nº 61058.
- Em junho de 2006, recebimento do prémio "*Dignitas 2005 – Labor Omnia Vincit*", do Banco Comercial dos Açores, destinado a premiar a Conduta Exemplar, a Excelência do Desempenho e a Sentida Vivência dos Valores do Banco.
- Em Dezembro de 2014, a convite da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, participou na Conferência "Pescas nas Regiões Ultraperiféricas", onde fez uma apresentação no Parlamento Europeu sobre "Pescas nos Açores – Aspectos Económicos: Mercados".



Handwritten signature

9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Avanida Infante D. Henrique, nº 3, 2º
9500-762 PONTA DELGADA
Tel: 208 283 246
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web: www.uhy-portugal.pt

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A. (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

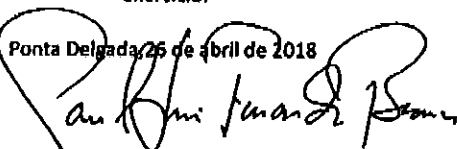
1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto as matérias referidas na Certificação Legal das Contas com reservas emitida nesta data que faz parte integrante deste relatório.
5. A Entidade apresenta capitais próprios negativos e encontra-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. A concretização de medidas de reestruturação são necessárias em termos legais e financeiros para salvaguardar a continuidade das operações, sendo que esta permanecerá fortemente dependente da capacidade do acionista disponibilizar os fundos necessários para que a liquidação dos passivos financeiros ocorra pelos montantes e nos prazos contratualmente estabelecidos e, complementarmente, pelo apoio das instituições financeiras na renovação e reforço das linhas de crédito. Sallentamos, também, que se deverá publicitar a existência de perda de capital de acordo o estabelecido no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais.



UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 25 de abril de 2018


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



10. CERTIFICAÇÃO LEGAL



UHY & Associados, SROC, LDA. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Avenida Infante D. Henrique, nº 3, 2º
9500-762 PONTA DELGADA
Tel: 288 283 248
Email: mbranco@uhy-portugal.pt
Web: www.uhy-portugal.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 9.044.624 euros e um total de capital próprio negativo de 5.717.710 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.463.959 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Como explicado na Nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras, o investimento financeiro na subsidiária COMPANHA está registado pelo método de equivalência patrimonial a zeros, existindo ainda créditos no montante de 1.126.343 euros. Considerando somente os valores contabilísticos expressos nessas demonstrações financeiras, que não refletem a descontinuidade das suas operações, a provisão para outros riscos e encargos de 1.593.978 euros, que cobre a totalidade da irrecuperabilidade desses créditos, deveria ter sido reforçada em cerca de 102 milhares de euros para fazer face à totalidade das responsabilidades nominais financeiras existentes em 31 de dezembro de 2017, deduzidas do recebimento final de 177.787 euros da operação de venda das embarcações.
2. Ponderando a antiguidade e os riscos de crédito associados aos saldos das contas a receber, verificámos que existem alguns devedores com dificuldades de cobrabilidade que não foram alvo de reconhecimento de perdas por imparidade no montante estimado de 680.000 euros em 31 de dezembro de 2017 (700.000 euros em 2016).
3. Conforme referido nas notas 8 e 14, a Entidade procedeu em 2013 ao reconhecimento de marcas



UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

geradas internamente, valorizando as mesmas com base num estudo de avaliação realizado por um entidade independente. Tendo em conta que este procedimento contraria as disposições das normas contabilísticas e de relato financeiro, consideramos que os ativos Intangíveis, os capitais próprios e os passivos por impostos diferidos estão sobreavaliados em 323.200 euros, 268.902 euros, 54.298 euros, respetivamente.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras preparadas em referência a 31 de dezembro de 2017 no pressuposto da continuidade das operações apresentam capitais próprios negativos de 5.717.710 euros, os quais contemplam um reforço do acionista único de 12.870.729 euros sob a forma de prestações acessórias e, neste quadro, é aplicável à Entidade as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme divulgado no relatório de gestão, a capacidade da Entidade operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista único em disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação dos passivos financeiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos e, conseqüentemente, se possa considerar apropriado o princípio de continuidade adotado na preparação das demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Ênfase

Como explicado na Nota 7 do Anexo, foi registada em resultados do período a mais-valia de 351.599 euros relativa ao desconhecimento de uma embarcação, para a qual existe um contrato de promessa de compra e venda de 803.599 euros, do qual se encontra por receber 234.068 euros reconhecidos em Outros créditos a receber correntes, por se estimar que o recebimento final possa ocorrer durante o próximo período.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



UHY & Associados, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



UHY & Associados, SROC, LDA. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 26 de abril de 2018

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)